

O desafio do governo Lula para acertar as contas públicas em ano de eleições



As armas que o governo e a oposição vão usar na corrida pelo Planalto



Pela primeira vez na história, a Copa do Mundo vai acontecer em três países



ISTO É Dinheiro

Edição 15 - 9/1/26

O que esperar de 2026

Marcado por acontecimentos decisivos na economia e na política, o ano que começa exigirá grande capacidade de adaptação e resistência a turbulências no ambiente de negócios





MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Capa

Página
5

Os desafios do governo para ajustar as contas em um disputado ano eleitoral

Índice

CAPA: MONTAGEM COM FOTOS DE ANA VOLPE/AGÊNCIA SENADO, FREEPIK, FERNANDO FRAZÃO/MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL E DIVULGAÇÃO

- 3 ENTREVISTA
- 5 ECONOMIA
- 9 BRASIL
- 13 INTERNACIONAL
- 18 CAPITAIS
- 20 FINANÇAS
- 24 NÚMEROS DA SEMANA
- 25 EMPRESAS
- 31 RURAL
- 33 AUTO
- 37 ESPORTE
- 40 O MELHOR DAS REDES
- 41 PALAVRA POR PALAVRA



LEONARDO SA

O retrato do acirrado duelo pelo Planalto



FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

O plano de reestruturação dos Correios



DIVULGAÇÃO

As plataformas digitais e a Copa do Mundo

Expediente

ISTOÉ
publicações

ISTOÉ PUBLICAÇÕES LTDA.

CEO E DIRETOR EDITORIAL
Daniel Hessel Teich

ISTOÉ
Dinheiro

EDITORA
Érica Polo

DIRETOR DE ARTE
Alexandre Akermann

DESIGNER
Mayara Novais

www.istoedinheiro.com.br

Instagram
instagram.com/istoe_dinheiro/

YouTube
m.youtube.com/@istoe_dinheiro

X
x.com/istoe_dinheiro

Facebook
facebook.com/istoedinheiro

TikTok
tiktok.com/@revistaistoe

LinkedIn
linkedin.com/company/istoe-dinheiro/

Redação e correspondência
Rua Iguatemi, 192, 19º andar, Itaim Bibi,
São Paulo, SP, CEP 01451-010

ISTOÉ DINHEIRO é uma publicação semanal de ISTOÉ PUBLICAÇÕES LTDA., empresa detentora das marcas ISTOÉ e coligadas, tanto em plataformas digitais como meios impressos. A empresa não tem qualquer vinculação editorial e societária com a EDITORA TRÊS COMÉRCIO DE PUBLICAÇÕES LTDA. (em liquidação judicial)

'A estratégia é mostrar os vários Brasis'

Marcelo Freixo, presidente da Embratur, conta que o país recebeu nove milhões de turistas em 2025, volume recorde desde a década de 1970

O aumento do fluxo de visitantes resulta de propagandear não só diversidade de destinos, mas de gastronomia e festas regionais



VALTEIR CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

O Brasil recebeu nove milhões de turistas estrangeiros em 2025, um recorde da série histórica iniciada em 1974. O número é cerca de 35% maior se comparado ao retrato visto em 2024, quando 6,7 milhões de turistas vieram para o país. Marcelo Freixo, presidente da Embratur, conta que o marco é fruto da estratégia da agência de promoção do Brasil no exterior. "Nós depositamos sobre o brasileiro a principal propaganda do país, e não apenas sobre um destino", revelou Freixo à IstoÉ Dinheiro. A estratégia passa por propagandear os 'Brasis' existentes, ou seja, mostrar não apenas a diversidade de destinos, como a de culturas, gastronomia, festas, culturas e tradições que fazem parte da identidade do país. O volume histórico de visitantes gerou um outro recorde, na receita, que somou mais de US\$ 8 bilhões (cerca de R\$ 45 milhões) no ano passado – o setor representa 8% do Produto Interno Bruto (PIB). Confira os principais trechos da entrevista:

Ana Carolina Nunes

O Brasil bateu recorde de visitantes estrangeiros. Como a Embratur avalia o alcance do marco?

É uma construção. Nós assumimos em 2023 e profissionalizamos a gestão da Embratur, trazendo muitos técnicos e criando um planejamento baseado em inteligência de dados. Todas as ações de promoção são centradas nisso: temos estudos de cada mercado, de malhas aéreas e de tendências. Profissionalizamos a capacidade de promoção com uma competência que não existia na história da agência. Isso tem dado resultados há três anos. Isso não começou agora, não se trata de sorte. O Brasil passou por Copa e Olimpíada, mas o momento de o mundo mais visitar o país é agora. Nós tivemos bons resultados em 2023, em 2024 e, em 2025. Batemos recordes de receita em 2023 (US\$ 6,9 bilhões), em 2024 batemos o recorde de receita de novo e também o de turistas, com 6,7 milhões de pessoas e US\$ 7,3 bilhões arrecadados. Agora, em 2025, tivemos um crescimento de 40% de turistas internacionais em relação a 2024. Chega-

mos a nove milhões de turistas. Todas as regiões cresceram. O Brasil, de fato, entrou no circuito.

Quando você fala em profissionalização, envolve que estratégia, quais ações?

Nós recuperamos a marca Brasil e trabalhamos campanhas multidirecionadas. Fizemos um projeto de marketing internacional, que é o plano Brasis. O Brasil é um país único, mas que nunca foi um só. Lançamos um plano internacional em cada uma das unidades da federação, com o que cada estado tem que fazer para atrair mais turistas internacionais. Sabemos perfeitamente, por meio de inteligência de dados, para onde cada mercado vai e capacitamos cada uma das unidades da federação para ter o seu plano de marketing mais eficiente. Isso nos trouxe esses números vistos. Recentemente fizemos uma campanha na Europa, durante a feira World Travel Market, em Londres, batizada "It's a Vibe". Nós depositamos sobre o brasileiro a principal propaganda do país, e não

apenas sobre um destino. Isso pegou muito bem no mercado europeu. Temos uma cultura popular muito forte e há um impacto muito forte dela no mercado europeu. Trabalhamos a ideia de um Brasil acolhedor no momento em que o mundo está precisando disso.

Apesar do recorde de visitantes, o país tem potencial para ampliar o volume. Qual é a estratégia para crescer mais?

O Brasil é um país que está na moda. Mas moda é passageira, e a gente não quer que passe. Queremos que o Brasil seja uma tendência e que o volume cresça a cada ano. O setor é relevante, gera muito emprego e renda. O turismo não é sobre quem viaja, é sobre quem recebe. É uma frase que eu uso todos os dias aqui na Embratur. Entre as ações estratégicas, estamos lançando com o Ministério da Cultura uma comissão nacional para atrair filmagens internacionais. Hoje, 44% dos norte-americanos escolhem destinos a partir de filmes ou séries. Também criamos o Mercado Lab, onde trabalhamos muito com a ideia da inovação e turismo. E os dados, essa segmentação, apontam para uma diversidade de possibilidades e formas de divulgar o país. Quando a gente estuda o mercado, se vê uma diferença muito grande entre o que o chinês, o português, o italiano, o alemão gostam de visitar num país. E o Brasil tem tudo. Qual é o país que tem todas as possibilidades? Vale dizer que embora a maior parte dos visitantes venham da América Latina, os Estados Unidos já são nosso terceiro maior mercado e a França está entre os cinco. Estamos crescendo consistentemente na Europa e América do Norte.

Poderia citar exemplos de ações dessa segmentação estratégica?

Gostaria de citar o afroturismo, que é um carro-chefe. Conseguimos um novo voo ligando Salvador ao Panamá, pela Copa Airlines, começando em janeiro [2026]. Isso facilita a chegada de norte-americanos negros, que são o maior público de afroturismo no mundo, à Bahia. Vamos fazer um trabalho junto ao governo da Bahia para comunicar que está mais fácil chegar ao estado.



VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

Os destaques que o Brasil alcançou na cena pop, especialmente em música e cinema, ajudaram?

Ajudaram demais. Tivemos o Brasil ganhando um Oscar em 2025, os shows históricos de Madonna e Lady Gaga em Copacabana, no Rio, e a Dua Lipa curtindo a mesma cidade (e postando), para citar apenas alguns casos. O mundo hoje é conectado. Quando uma artista de repercussão internacional vai a um botequim no Rio — aqui botequim não é pejorativo não, pelo contrário, é um dos sabores e saberes do Rio de Janeiro — isso chega ao mundo todo. Quando uma artista de repercussão internacional circula na cidade, há um alcance, via redes sociais, de forma mais eficiente do que muitas campanhas publicitárias. Esses grandes eventos em Copacabana só geraram notícias positivas. Houve efeito de eventos políticos também. O último presidente francês a visitar o Brasil, para citar um exemplo, tinha sido o [Nicolas] Sarkozy (em 2009). O presidente Lula dedicou o primeiro ano a reconstruir a imagem e a cultura da diplomacia. O fato de o presidente da república ter dado importância, como sempre deu, à cultura da diplomacia, às relações entre os países favoreceu muito na hora de promover o Brasil como um destino. Depois que o Macron [Emmanuel Macron, presidente francês] fez uma visita “instalável” ao Brasil em 2024, o número de franceses visitando o país aumentou 25% entre aquele ano e 2025.

Mas houve mudança na percepção do estrangeiro sobre o Brasil? A promoção sempre foi, historicamente, muito focada em samba, praia e futebol.

Acho que sim. O turismo que nos interessa é o responsável. Nossas campanhas são pedagógicas: em nenhum momento vendemos o Brasil como “exótico”, mas como “espetacular”. Trabalhamos com sustentabilidade, inclusão e respeito ao meio ambiente. Temos um lema: um Brasil bom para o turista tem que ser, antes de tudo, um Brasil bom para o brasileiro morar.

Há desafios para atrair estrangeiros. Quais são?

O maior desafio hoje é a malha aérea. Embora a malha brasileira tenha aumentado 16% no ano passado, enquanto a média mundial foi de 8%, há uma crise mundial, com falta de aviões disponíveis, o que impacta em preço de passagens. Há outros temas, como segurança, que é um desafio global também. Mas o turismo ajuda nisso. Também traz mais mobilidade, maior número de eventos e visibilidade, estimula emprego e renda.

O que está programado para 2026?

Vamos consolidar o plano de marketing internacional em todos os estados. Queremos que o poder público entenda que o turismo é solução de desenvolvimento. Hoje, representa 8% do PIB, enquanto o petróleo, por exemplo, 12%. **D**

Governo Lula aprovou o arcabouço fiscal em 2023, mas a regra precisa de ajustes

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

O nó das contas públicas

Desafio do governo federal é acertar o passo do caixa para cumprir as metas e não desestabilizar o ambiente econômico às portas das eleições de 2026

Alexandre Inacio

As contas públicas de um governo são muito parecidas com a rotina financeira das famílias. Imagine que você administra uma casa onde, mês a mês, seus gastos são maiores do que suas receitas. Para cobrir o buraco, a solução é recorrer ao cheque especial. No começo, funciona, mas com o tempo os juros sobem tanto que você começa a trabalhar apenas para pagar o juro da dívida, sem conseguir tocar o dia a dia da casa. Guardadas as devidas proporções, é exatamente esse o drama que o Brasil vive hoje em suas contas públi-

cas. Os números mais recentes mostram que a corda segue esticando – e esse já é (e será) um dos grandes desafios do atual e próximo governo federal independentemente de quem vença o pleito eleitoral de outubro de 2026.

Como o governo central é um dos maiores compradores e investidores da economia, seus passos afetam todo o cenário de juros e inflação. O dado mais recente do Banco Central evidencia que entre janeiro e novembro de 2025 o governo já gastou R\$ 80,3 bilhões a mais daquilo que conseguiu arrecadar no

mesmo período. Chamado de déficit primário, esse valor ainda não contabiliza os juros dos tais empréstimos contratados ao longo dos anos, que precisam ser pagos. Logo, o buraco é maior. Apesar do rombo no acumulado do ano, contudo, o governo deve fechar 2025 dentro da meta fiscal definida, acreditam especialistas. Em 2024 e 2025, os primeiros anos após a aprovação do arcabouço fiscal, a meta foi de equilíbrio das contas (resultado primário com déficit zero) com margem de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para cima ou para

Economia

baixo, o equivalente a cerca de R\$ 31 bilhões. Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos e ex-Secretário da Fazenda de São Paulo, acredita na entrega do resultado dentro da meta embora no limite inferior da banda. Para isso, contudo, algumas despesas deverão ser desconsideradas, no âmbito do que é permitido por legislação. “Em nossa projeção, o déficit primário vai ser 0,6% do PIB. Isso vai permitir que a meta seja cumprida usando a banda inferior dela, retirando os precatórios que podem ser descontados”, disse o economista à IstoÉ Dinheiro. É uma estimativa em linha com a do Itaú, de acordo com o relatório mais recente do banco.

No ano à frente, contudo, o cenário é distinto. É que para 2026 o governo precisará buscar superávit conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). “A expectativa é um déficit, em 2026, de 0,7% do PIB, o equivalente a R\$ 92,4 bilhões, mas quando a meta é de um superávit de R\$ 34,3 bilhões, com a banda inferior em zero”, continua Salto. Uma outra projeção, desta vez feita por Rafaela Vitoria, economista-chefe do banco Inter, vai em linha similar aproximada: é calculado um déficit primário de R\$96 bilhões (0,7% do PIB), mesmo considerando o piso dela e os pagamentos não



Rafaela Vitoria, do Inter, sobre as contas em 2026: “Não acreditamos em revisão da meta”

REPRODUÇÃO

inclusos, de R\$ 57 bilhões. Essa última cifra equivale às despesas que o governo pode retirar da conta do resultado primário porque há autorização legal – é o que o mercado financeiro muitas vezes classifica como “contabilidade criativa”.

A meta fiscal de 2026, na visão de Salto, precisará ser alterada e o tema deverá estar presente no primeiro relatório bimestral do Ministério da Fazenda. Já Rafaela, por ora, vê diferente. “Não acreditamos em revisão da meta. A diferença pode ser em parte contin-

genciada, em parte com alguma despesa sendo excluída do cálculo, ou novamente com a busca de receitas extraordinárias, ainda não estimadas no orçamento”, escreveu a economista em nota enviada à IstoÉ Dinheiro. O Itaú projeta resultado primário negativo em 0,8% do PIB em 2026 no relatório mais recente.

Vale reiterar que o cenário de rombo nas contas públicas não é um resultado entregue apenas pela atual gestão. Ao longo da última década, o Brasil registra consecutivos déficits primários, ora maiores, ora menores, afetando seguidamente o ambiente econômico brasileiro. É que quando o governo gasta mal ou gasta mais do que arrecada, ele precisa pegar mais dinheiro emprestado no mercado. Como a dívida aumenta, o risco de não pagamento segue, e os investidores exigem juros maiores. Um governo “gastão”, ademais, afeta a política de juros do Banco Central.

Como o governo central é o motor da economia, ou seja, um dos maiores compradores e investidores do país, os seus movimentos também afetam a inflação, controlada pelo BC por meio da alta da taxa Selic, atualmente em 15% ao ano, o que por fim castiga o consumo e o investimento no país todo. A expectativa é de início do ciclo de baixa de juros ainda no primeiro trimestre, já que a inflação está cedendo. O mais recente boletim Focus, publicado pelo BC a partir do recolhimento das expectativas dos agentes econômicos, indica inflação de 4,06% ao final deste ano. A meta é 3%.

DIVULGAÇÃO



Felipe Salto, da Warren, projeta déficit de 0,7% do PIB neste ano

Tentativa de controlar as contas

Para tentar conter essa sangria e se comprometer junto ao mercado financeiro, em 2023, a atual gestão propôs o arcabouço fiscal, aprovado pelo Congresso Nacional e com o roteiro de regras estabelecido na Lei Complementar 200. De forma resumida, a regra determina que o governo só pode gastar 70% daquilo que é arrecadado. Caso não seja cumprida, o percentual de gastos no ano seguinte cai para 50% da receita. Mas nem todo gasto do governo entra nessa contabilidade. Existem exceções como gastos com desastres, despesas das universidades públicas, execução direta de obras e serviços de engenharia, entre outras. O problema é que essa lista de exceções tem crescido.

Um relatório divulgado em dezembro pela Instituição Fiscal Independente (IFI), o órgão técnico ligado ao Senado que funciona como um vigia das contas públicas, trouxe esse alerta. Nos primeiros anos de vigência do arcabouço fiscal, o governo gastou R\$ 170 bilhões por fora das regras fiscais vigentes mas que, ao mesmo tempo, são exceções que a própria lei já pressupunha. “Estamos vivenciando uma fragilização do arcabouço por conta das excepcionalizações. Gasto é gasto, despesa é despesa. Do ponto de vista macroeconômico, o que importa é se está gerando déficit e dívida ou não. É aí que você tem um esvaziamento da credibilidade do arcabouço”, disse em entrevista à IstoÉ Dinheiro Marcus Pestana, diretor-executivo do IFI.

Na prática, esses gastos excepcionais funcionam como se houvesse uma contabilidade paralela, onde despesas com precatórios, aportes em estatais e gastos militares e com segurança, além de compensações para o tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, não entram no limite principal de gastos estabelecido pelo arcabouço fiscal. Mesmo assim, são gastos do governo.

No mercado financeiro e para muitos economistas já há clareza que a regra criada para segurar os gastos perdeu credibilidade. E mesmo diante do quadro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem demonstrado desconforto com a pressão dos agentes mercadológicos. Ele afirma que há falta de reconhecimento sobre os esforços



Marcus Pestana, do IFI, vê fragilização em credibilidade do arcabouço fiscal devido às exceções

CARLOS MOURA/AGÊNCIA SENADO

feitos para organizar as contas. “O arcabouço fiscal foi inspirado no sistema de metas inflacionárias, com as bandas pensadas para absorver choques externos, eventualidades não planejáveis, e não para gastos. Precatório é totalmente planejável e não tem motivo para ser excepcionalizado. Com o orçamento cada vez mais engessado, criam-se essas válvulas, essas gambiarras e o arcabouço perde as suas funções básicas”, afirma Pestana, do IFI.

Para Felipe Salto, economista da Warren, fica cada vez mais clara a necessidade de discutir uma agenda estruturante para 2027, a ser definida ainda em 2026, sob pena de se perder mais tempo. “Independentemente de quem ganhe a eleição, essa agenda vai se impor. Vamos estar com uma taxa de juros ainda muito alta, a dívida vai continuar aumentando e, também, um déficit muito grande. A realidade vai se impor e algum ajuste fiscal no primeiro ano vai ter que ser feito”, disse Salto.

Haddad reconhece essa necessidade. Em um café com jornalistas, o ministro disse que o governo precisará

promover novas reformas econômicas a partir de 2027 para garantir a sustentabilidade das contas públicas, e que o atual arcabouço fiscal pode passar por “aprimoramentos”. Mas ele reforça que não há razão para alterar sua estrutura central. “Vamos fixar uma meta exigente, demandante, mas possível de cumprir. É assim que estamos reconstruindo as contas públicas”, disse.

A conclusão de especialistas em contas públicas é que não há mais espaço para “puxadinhos” contábeis ou aumento de impostos, já que o brasileiro paga uma das maiores cargas tributárias do mundo entre países em desenvolvimento. O ajuste fiscal tornou-se inevitável. Mais cedo ou mais tarde, o governo terá que encarar a realidade de que não se pode gastar o que não tem. Se o dever de casa não for feito agora, de forma planejada, ele virá depois, de maneira muito mais dolorosa para o bolso da população – por meio de maior inflação e menos oportunidades. O relógio está correndo, e a conta, como sempre, acaba chegando na mesa do consumidor. **D**



VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

Haddad, da Fazenda, sai do cargo, e três nomes são cogitados para seu lugar

Dança das cadeiras

Em fevereiro entra em ação o substituto de Fernando Haddad no ministério da Fazenda, que sai do governo para colaborar com a campanha de reeleição de Lula

Às vésperas da corrida pela presidência da República, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vai desembarcar do governo. Ele informou a jornalistas que deixará a cadeira em fevereiro de 2026 para colaborar com a campanha de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa atividade, disse o ministro, seria incompatível com a função atual. Desde então, e até mesmo antes da informação circular oficialmente, já se articulava nos bastidores o substituto. O candidato natural é Dario Durigan, hoje o secretário-executivo da Pasta, braço direito do ministro, peça importante na construção do arcabouço fiscal e na aprovação da reforma tributária.

Além dele, outros dois nomes circularam desde o anúncio oficial. Guilherme Mello, atual secretário de Política Econômica da Pasta, próximo às bases

teóricas do Partido dos Trabalhadores (PT), e Rogério Ceron, secretário do Tesouro Nacional – o “guardião da chave do cofre” do governo central. Ceron reforçaria o compromisso técnico com o ajuste fiscal, contudo, a permanência na posição atual é estratégica para dar suporte ao novo ministro.

Mas por que a mudança? Pela lei eleitoral, os ministros que disputarem as eleições de 2026 têm até 3 de abril do próximo ano para deixarem o cargo. Mas Haddad disse que pretende sair antes para dar tempo ao próximo ocupante de preparar medidas típicas da equipe econômica comuns no começo de cada ano. O ministro quer que o sucessor prepare a primeira edição de 2026 do Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento, em março. O substituto também terá a tarefa de

elaborar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027, que deve ser enviado ao Congresso Nacional até 15 de abril deste ano.

“Manifestei o desejo de colaborar com a campanha do presidente Lula. É incompatível com os requisitos da Fazenda. Não tem como colaborar com a campanha [eleitoral de 2026] no cargo de ministro da Fazenda”, declarou o ministro ao final do ano durante a conversa com jornalistas. Haddad esperou a aprovação, no Legislativo, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 e do projeto de lei que reduz incentivos fiscais para comunicar formalmente a decisão.

O chefe da Fazenda reforçou que “tomou muito cuidado” para falar de seu futuro depois de aprovada a LDO e do sinal verde para as medidas necessárias que garantem um orçamento do governo federal consistente com a LDO. “Sempre tive a preocupação de que a LDO e o orçamento tivessem consistência interna para que as metas [fiscais] fossem cumpridas”, disse.

O que se especula desde o anúncio, além do nome do substituto, é de que forma Haddad poderá participar da campanha eleitoral. Por ora, o ministro não deu pistas sobre uma eventual candidatura em 2026, e apenas relatou que o presidente Lula lhe disse que respeitaria a decisão que tomasse. Petistas querem que ele tente um cargo eletivo. Seu substituto natural, Dario Dorigan, está na fazenda desde junho de 2023 e desde então é considerado uma “peça que faltava para a engrenagem funcionar”, informou uma reportagem veiculada pela Folha de S.Paulo neste início de ano. Foram ouvidas onze pessoas da estrutura. Dorigan está no comando interino da Pasta enquanto Haddad está de férias, até 11 de janeiro.

Mais de uma pessoa diz que o possível substituto já é o “ministro de fato”, no sentido de dar andamento prático às agendas do órgão, indicou a mesma reportagem. Ele busca manter distância da disputa pelo cargo, e demonstra lealdade a Haddad. O estilo “CEO” de atuar, contudo, também enfrenta críticas. Uma delas é cercar-se de poucas mulheres em um governo defensor de pautas progressistas e com maior representatividade de mulheres e minorias. **D**



Economia e segurança pública são apostas na disputa pelo Planalto

A corrida eleitoral de 2026

Como os ecos do ano passado definem as armas que governo e oposição usarão na batalha eleitoral pelo Planalto e Congresso

Carlos Eduardo Vasconcelos

Há quatro anos, quando faltavam dez meses para as eleições de 2022, o Brasil vivia um clima diferente. Jair Bolsonaro (PL), então presidente e candidato à reeleição, chegava ao final de seu governo corroído pela gestão da pandemia, pela alta na inflação e uma reprovação de 53%, segundo o Datafolha da época. Luiz Inácio Lula da Silva (PT), recém-libertado das condenações na Lava Jato, surgia como o opositor favorito.

Hoje, o quadro é diametralmente oposto. Bolsonaro, inelegível e preso na superintendência da Polícia Federal em Brasília desde novembro de 2025, condenado a 27 anos por tentativa de golpe, não terá seu nome na urna no dia 4 de outubro – quando se inicia o processo que definirá Congresso Nacional, governadores e presidente da República. Ele apostará tudo em um

sucessor – até agora, Flávio, senador pelo mesmo PL do pai. O incumbente é Lula, que busca o quarto mandato ancorado por uma economia mais sólida do que há quatro anos, mas ainda assombrado pela tarefa de cortar gastos para estancar a dívida pública e pela antipatia declarada do mercado.

Ao menos por ora, o desempenho de Lula lhe garante um fôlego na corrida eleitoral. O petista está equilibrado nas pesquisas de modo peculiar: tem aprovação que oscila entre 48% e 50%, um empate técnico com a desaprovação, o que revela tanto resiliência quanto vulnerabilidade. Mas o contraste com o passado é pedagógico. Em janeiro de 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro amargava 53% de rejeição e via sua aprovação definir nos 24%.

Para conquistar a reeleição, porém, o petista terá de atravessar nuvens den-

sas: relação instável com o Congresso, a segurança pública como terreno escorregadio e a fadiga do lulismo. Uma pesquisa da Genial/Quaest, divulgada em dezembro de 2025, ilustra o cenário. Na opinião de 55% dos brasileiros, Lula não deveria se candidatar.

A principal semelhança entre os dois momentos fica pela persistente polarização. No campo da direita, há vários pré-candidatos: Flávio Bolsonaro (indicado pelo pai), Ratinho Jr. (PSD-PR), Ronaldo Caiado (União Brasil-GO), Romeu Zema (Novo-MG) e até Renan Santos, fundador do MBL e que hoje preside a Missão. Paira ainda a dúvida sobre Tarcísio de Freitas, que pode abrir mão da reeleição em São Paulo para tentar o Planalto. De todo modo, as pesquisas mostram que a disputa se resume a Lula (ou seu ungido) e Bolsonaro (ou seu representante mais fiel).

“Se ninguém conseguir romper as bolhas do lulismo e do bolsonarismo, a polarização se confirma. Isso é o que os economistas chamam de expectativas autorrealizáveis: se todo mundo acredita que vai acontecer, acaba acontecendo”, analisa Leandro Consentino, cientista político e professor do Insper.

E o maior beneficiário de uma polarização somada à pulverização na direita, enquanto a esquerda se fecha em torno de Lula, seria o próprio incumbente. “Pode ocorrer o inverso de 2018: em vez de a esquerda pulverizada, com [Fernando] Haddad, Ciro [Gomes], Marina [Silva] e [Guilherme] Boulos, agora é a direita que se divide. Se esses nomes não despertarem paixão, a tendência é uma recolocação de Lula”, avalia o marqueteiro político Marcelo Vitorino, que comandou as campanhas de José Serra (2010) e Geraldo Alckmin (2018).

Entre os nomes postos, Tarcísio é a peça que pode redesenhar o cenário. O governador paulista carrega importantes trunfos: a bênção do Centrão e da Faria Lima, que apostam em um perfil mais pragmático, capaz de falar a linguagem das reformas sem assustar ninguém.

Paulo Vasconcelos, estrategista da pré-campanha de Ronaldo Caiado, acredita que, mesmo se a centro-direita se unir em torno de um nome moderado, seu representante terá de abraçar, em alguma medida, o bolsonarismo para derrotar Lula. “Mas a grande guerra acontecerá no centro”, pondera Vasconcelos.

Quanto a Tarcísio, o especialista não aposta em mudança de planos e projeta o governador buscando a reeleição em São Paulo: “Abandonar o Palácio dos Bandeirantes seria uma operação de alto risco”.

Economia e segurança pública: as apostas para definir o jogo

Em um ano eleitoral marcado por incertezas, a economia brasileira apresenta indicadores mistos no governo Lula. A atividade econômica desacelerou em 2025, interrompendo a sequência de três anos de expansão que teve seu ápice nos 3,4% de 2024. O recuo é reflexo direto de uma taxa de juros que estacionou no maior nível em quase duas décadas.

Para 2025, o consenso do mercado projeta uma expansão próxima de 2,3%. O quadro, contudo, revela desafios. Para 2026, o Banco Central (BC) estima um crescimento de 1,8%, o menor desde a retração de 3,3% em 2020, causada pela pandemia. O controle da inflação foi desafiador e levou à alta de juros, mas o indicador está dentro do intervalo da meta estabelecida pelo BC, enquanto a taxa de desemprego atingiu o patamar de 5,2% no trimestre final de 2025, o menor valor da história para o período.

Para Luciana Santana, cientista política e professora da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), o segundo semestre de 2025 trouxe dados econômicos positivos ao Brasil, que ajudaram a impulsionar a popularidade de Lula,

junto com medidas como a ampliação da isenção do Imposto de Renda e também a retirada das tarifas americanas sobre produtos brasileiros.

O cenário para o ano eleitoral, porém, é menos animador. Rodolpho Sartori, economista da Austin Rating, explica que o fôlego de 2025 veio da super safra agrícola, que barateou alimentos e gerou deflação, e do câmbio favorável. Para 2026, o agro dificilmente repetirá o recorde, enquanto indústria e serviços já sentem o peso dos juros altos. Sem o impulso do campo, a economia dependerá de taxas mais baixas para evitar um recuo brusco.

O impacto desse cenário econômico nas urnas é pragmático. Na análise de Vitorino, o processo eleitoral brasileiro recuperou seu padrão tradicional, onde o poder de compra fala mais alto que a polarização. “Historicamente, a economia define o jogo”, pontua, citando os sucessos de FHC e Lula e a queda de Dilma Rousseff. Sob essa ótica, 2026 marca o fim do hiato de 2018 e o retorno ao voto balizado pelo bem-estar material. “Na eleição presidencial, o pragmatismo é menos palpável e a ideologia ganha peso, mas o fundo sempre será a economia. Em 2018, o mote de Bolsonaro foi acabar com o PT; em 2022, o de Lula foi ‘devolver a picanha’. Ambos têm fundo econômico”, afirma.

Ciente de que o poder de compra é o fiel da balança, o governo entra em 2026 sob a tentação de reeditar o populismo fiscal de eras passadas. Mas o cenário mudou. Lula terá de equilibrar esse impulso com a necessidade de conter o déficit público, sob pena de comprometer a credibilidade fiscal e intensificar as críticas do mercado.

Dados do BC indicam que entre janeiro e novembro, o governo já gastou R\$ 80,3 bilhões a mais do que arrecadou no mesmo período. O déficit ainda não inclui os juros da dívida acumulada ao longo dos anos. À medida que ela cresce, o risco de inadimplência sobe e os investidores passam a exigir juros mais altos, complicando ainda mais o cenário.

“Embora o governo consiga cumprir a meta fiscal atual por meio de política tributária como o desconto dos precatórios, a dívida bruta cresce devido a juros altos e à dificuldade em gerar superávit primário. O esforço ainda é insufi-

Aprovação de Lula entre 48% e 50% evidencia resiliência e vulnerabilidade



BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL

Brasil

ciente. Com isso, projeta-se um debate obrigatório sobre temas sensíveis, como a indexação da previdência e do BPC [Benefício de Prestação Continuada] e a revisão de gastos com emendas parlamentares”, explica Sartori.

O economista alerta ainda para a tentação populista: “O ano eleitoral é sempre perigoso. Desde o início de 2026, Fazenda e Planejamento terão de ser firmes contra as pressões para abrir as torneiras.”

Se a economia é o terreno onde o governo tenta se segurar, a segurança pública é a trincheira onde a oposição pretende avançar. É nesse contraste entre a estabilidade das contas e a sensação de insegurança nas ruas que o jogo de 2026 começará, de fato, a ser jogado. Para Lula, a questão da segurança pública é uma vulnerabilidade crônica. Para candidatos da direita, é trunfo eleitoral, capitalizado por governadores como Tarcísio, Ronaldo Caiado (GO) e Cláudio Castro (RJ), que exibem resultados locais com “mão dura”.

Pesquisas de 2025 confirmam o peso do assunto. A insegurança é a segunda maior preocupação dos brasileiros, atrás apenas da saúde, com 16% considerando-a o principal problema do país, segundo dados de dezembro do Datafolha. Em cidades como Rio e São Paulo, 60% avaliam negativamente a ação federal. Essa sensação de insegurança alimenta uma guerra de narrativas que pode decidir votos principalmente no Sudeste e Sul, regiões chave para o Planalto. A expectativa é que as campanhas girem em torno de promes-



Caiado, Leite e Zema: interesse em disputar a cadeira do Planalto em outubro

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL

sas de ordem. Lula defenderá integração nacional; a oposição acusará o governo de ineficácia e leniência com o crime organizado. O presidente, aliás, deve aproveitar a saída de Ricardo Lewandowski do Ministério da Justiça – revelada nesta semana – para desmembrar a pasta e recriar uma dedicada apenas à Segurança Pública. Andrei Rodrigues, atual diretor da Polícia Federal, surge como opção para o comando.

“É um movimento interessante. A saída de Lewandowski abre espaço para uma reforma na pasta, com a recriação de um ministério exclusivo para Segurança Pública e a nomeação de um perfil mais técnico, sem o viés da esquerda que vê a criminalidade como mera questão social. Isso ajuda a blindar o governo contra o discurso de que não prioriza o combate ao crime”, observa Consentino. Por outro lado, Consentino projeta que a direita manterá a ofensiva sobre a su-

posta leniência do governo com a criminalidade. Antigos deslizes verbais de Lula, como a declaração sobre furtos de celulares ou a recente e polêmica fala de que “traficantes são vítimas dos usuários”, devem ser resgatados e explorados à exaustão como evidências da condescendência do Planalto.

Na visão do marqueteiro Paulo Vasconcelos, a segurança pública foi negligenciada pelos últimos governos. Para ele, uma defesa dos direitos humanos “muitas vezes distorcida ou exagerada” acabou ofuscando o combate ao crime, mas o governo Lula ainda teria tempo para se reposicionar sobre o tema. “É um problema, mas, na composição da narrativa, é possível mostrar que no governo Bolsonaro também não houve nenhuma operação excepcional de enfrentamento”, argumenta. Para entender por que esse tema pode inclinar a balança nesta corrida eleitoral, convém

As peças que já se movimentam para a disputa presidencial



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Lula (PT)

Pré-candidatura assumida



LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

Ronaldo Caiado (União)

Pré-candidatura assumida



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Romeu Zema (NOVO)

Pré-candidatura assumida



JOSE CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Aldo Rebelo (DC)

Pré-candidatura assumida



ANANDA BORGES

Cabo Daciolo (sem partido)

Candidatura assumida



Tarcísio (esq.) é preferido na Faria Lima, mas Flávio Bolsonaro foi o escolhido do pai

WILSON DIAS/AGÊNCIA BRASIL

obstrução da oposição, governadores de direita — com destaque para Tarcísio, Caiado e Castro — articulam uma resistência robusta, acusando o governo de “intervencionismo” e de tentar usurpar competências estaduais sobre as polícias.

“O adiamento revela, de certa forma, que a segurança pública não é prioridade do governo, que investiu muito mais em aprovar a isenção do IR do que em avançar com a PEC, apesar das dificuldades criadas pela oposição. Isso fragiliza o discurso. Os governos estaduais, que detêm a prerrogativa da segurança, vão explorar o argumento de que a PEC usurpa competências dos governadores e ameaça o pacto federativo, sobretudo em um ano eleitoral”, avalia Consentino.

Facções como PCC e CV serão vilãs comuns, mas o debate ficará dividido: direita por mão dura, esquerda por inteligência e prevenção. Com 40% considerando mortes em operações policiais adequadas, segundo uma pesquisa da Ipsos de novembro, o tema pode decidir estados. Em 2026, quem convencer o eleitor de que é capaz de restabelecer a ordem, pode ganhar o jogo.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública confirma o diagnóstico: as facções expandiram sua influência em presídios e fronteiras. Em 2026, o tema será o grande mobilizador de votos. Lula apostará na “integração federal” e na descapitalização do crime para rebater a herança do governo anterior. Já a oposição usará resultados estaduais para denunciar a “leniência” do Planalto. **D**

voltar a 2025, um ano de operações intensas, avanços legislativos parciais e debates acirrados sobre o combate ao crime organizado. Com a insegurança sendo o segundo maior problema do país, as iniciativas federais de descapitalização do crime organizado ganharam peso estratégico. No Rio de Janeiro e na Amazônia, o foco foi o combate às redes de lavagem de dinheiro e milícias, enquanto em São Paulo o bloqueio de R\$ 2 bilhões de empresas ligadas ao PCC marcou a gestão. Em 2026, o governo tentará usar esse balanço de “inteligência e eficiência” para rebater a narrativa da oposição, que ganha fôlego com a queda de índices criminais locais e uma percepção pública favorável a operações de maior impacto territorial.

e aprovado no Senado em dezembro, traz novas ferramentas de investigação, penas mais duras para membros de facções e milícias e estruturas integradas de monitoramento financeiro. O texto volta agora à Câmara para análise final.

Já a PEC da Segurança Pública, enviada pelo Planalto em abril, propõe uma coordenação nacional sob liderança da União, conferindo ao governo federal a competência para estabelecer diretrizes gerais e integrar as polícias civis, militares e penais. A proposta ainda busca constitucionalizar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e transformar a PRF em Polícia Viária Federal, com atuação ampliada para combater o crime organizado de forma integrada entre os entes federativos.

O texto, contudo, teve sua votação empurrada para 2026, tornando-se o novo campo de batalha da polarização. Enquanto o Planalto atribui o atraso à

Campo de batalha

No Congresso, os avanços foram parciais. O PL Antifacção, criticado por Lula



EDILSON RODRIGUES

Flávio Bolsonaro (PL)

Pré-candidatura assumida



DIVULGAÇÃO

Renan Santos (Missão)

Pré-candidatura assumida



PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL

Ratinho Jr. (PSD)

Nome à disposição



RAFA NEDDERMEYER

Eduardo Leite (PSD)

Nome à disposição



LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

Tarcísio de Freitas (Republicanos)

Focado no governo estadual, sem definição

Dinheiro no mundo

As notícias que se destacaram no noticiário internacional

Estados Unidos

Um duelo entre telas

Em 26 de janeiro de 1926, o escocês John Logie Baird fazia, em Londres, uma demonstração de sua TV, na qual via-se o rosto deformado (mas reconhecível) de um homem que estava no quarto ao lado. Um século depois da invenção, essa indústria trava uma árdua batalha com smartphones e computadores, que vêm roubando a cena. Considerado o 'tempo de tela' diário de pessoas medido por uma pesquisa da consultoria Ampere Analysis, as visualizações em TV saíram de 61% em 2017 para 48% em 2024, enquanto o uso do celular dobrou para 21% no mesmo período. A fabricante Samsung, líder em vendas de TVs, é uma das que corre atrás do prejuízo: nesta semana apresentou o primeiro aparelho de 130 polegadas, um dos maiores do mundo, na feira de tecnologia CES, em Las Vegas.

Venezuela

'Czar' econômico

A presidente encarregada da Venezuela, Delcy Rodríguez, nomeou nesta terça-feira, 6, o líder de sua equipe econômica, uma posição que ela ocupou até a queda de Nicolás Maduro. Trata-se do primeiro anúncio de mudança feito por Delcy à frente do governo. Ela nomeou Calixto Ortega Sánchez como vice-presidente da área econômica, função que também agrega o ministério de hidrocarbonetos, e é o 'czar' da economia por lá. Sánchez foi presidente do Banco Central da Venezuela entre 2018 e 2025. Antes disso trabalhou na indústria do petróleo.

Itália

Um passo rumo a Mercosul-UE

Após entregar apoio bilionário de subsídios a agricultores italianos, a Comissão Europeia parece ter conquistado o sinal verde crucial da Itália para a conclusão do acordo de livre comércio do bloco com o Mercosul. Isso abre caminho para que a União Europeia assine o documento nos próximos dias. No mês passado, Itália e França frustraram as negociações finais com o argumento de que era necessário, ainda, resolver temor pendente de agricultores relacionado a um fluxo de commodities baratas do Mercosul, incluindo carne bovina e açúcar.

China

Tensão em Taiwan

A China proibiu as exportações de itens de uso duplo para o Japão. São bens, softwares ou tecnologias que têm aplicações civis e militares, incluindo elementos de terras raras, essenciais para a fabricação de drones e chips. Trata-se da mais recente medida de Pequim em reação à observação feita, no início de novembro passado, pela primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi, que insinuou a possibilidade de intervenção militar japonesa na questão entre China e Taiwan. Os chineses fizeram exercícios militares ao final do ano passado ao redor da ilha visando a reunificação.

Segundas intenções

Ação de Trump na Venezuela representa o início de um movimento de 'chega para lá' na China, o principal parceiro comercial da maioria dos países da América Latina

Érica Polo, João Vitor Revedilho e Matheus Almeida

O sequestro de Nicolás Maduro, ex-presidente da Venezuela, no último final de semana a mando do presidente norte-americano Donald Trump, é um fato que se desdobra em ondas de choque de curto, médio e longo prazos. O foco do movimento, contudo, é dar início a um processo de estrangulamento do poder econômico da China junto à América Latina em meio a um contexto de redesenho de ordem geopolítica global. Um olhar atento às cifras ajuda a entender o jogo: em 24 anos, as trocas comerciais entre chineses e latino-americanos – com um papel estratégico do Brasil na região –, saltou de US\$ 10 bilhões em 2000 para mais de US\$ 500 bilhões em 2024, cifra alcançada

pela primeira vez. O dado foi entregue pelo próprio presidente chinês, Xi Jinping, em maio de 2025.

Mesmo em meio à trégua comercial negociada entre Trump e Xi em outubro passado, nenhuma das duas maiores potências globais quer depender economicamente da outra, e as disputas devem ficar mais acirradas em alimentos, combustíveis e elementos como as terras raras, que servem como matéria-prima para as indústrias de tecnologia, automotiva e de defesa. Em meio ao contexto, o produto da vez é o petróleo. Analistas ouvidos pela IstoÉ Dinheiro destacam que é preciso, contudo, observar os desdobramentos políticos regionais para entender mais claramente os

próximos passos do presidente norte-americano.

Apesar da intervenção e das duras críticas de Trump ao regime chavista – o controle do narcotráfico foi a razão aparente para a captura de Maduro pelos Estados Unidos –, a Venezuela manteve o mesmo grupo político no poder, com Delcy Rodríguez (vice de Maduro) como presidente. Ela tomou posse em um ambiente com os contornos do mesmo duro regime inflando a desconfiança e gerando confusão para os venezuelanos – um sinal que a truculência segue foi a prisão de 14 jornalistas. Sobre a entrega de 50 milhões de barris de petróleo sancionado aos Estados Unidos, afirmação feita por Trump na terça, 6, a mandatária só disse, por enquanto, que seu país está aberto a relações energéticas em que todas as partes possam se beneficiar.

Os Estados Unidos querem levar de volta suas petroleiras para os campos da Venezuela, um país integrante da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) que detém a maior



Foco dos EUA na Venezuela é ampliar a exploração de petróleo

DANIEL COLE/REUTERS

Maduro, ex-presidente chavista, foi capturado por forças americanas



EDUARDO MUNOZ/REUTERS

reserva do mundo, com 300 bilhões de barris. O país está à frente da Arábia Saudita, com reservas de 250 bilhões de barris. Mas, com uma indústria sucateada, os latinos produzem hoje apenas 1 milhão de barris/dia e representa 1% da produção global, e ocupam a 21ª colocação na lista de produtores liderada pelos Estados Unidos, seguido de China e Índia, indica a International Energy Agency (IEA).

Especialistas em energia entendem que a sede imediata por petróleo dos americanos é grande, mas não a ponto de justificar sozinha um movimento tão drástico de Trump (o país produz 13 bilhões de barris por dia). Na visão deles, o que os Estados Unidos querem é o controle das reservas como forma de cacifar seu poderio no tabuleiro geoeconômico internacional. “O interesse deles é ter a maior reserva do mundo à disposição para ser explorada pelas empresas americanas, que detêm tecnologia de operação”, diz o economista Adriano Pires, diretor fundador do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). “Se Trump tiver esse controle, dá um xeque mate na China”, continua.

É que além de os chineses serem o segundo país maior consumidor de óleo do mundo, vinham cultivando um movimento de aproximação junto à Venezuela para garantir o fornecimento em anos recentes. Os asiáticos cederam empréstimos ao país por meio de banco de fomento, que estavam sendo pagos em petróleo. Com a maior reserva de petróleo do mundo sob o braço, Trump pode interferir na produção e consequentemente na oferta global, e até mesmo esvaziar a OPEP, disse Pires. “Eu acho que ele quer refundar uma nova ordem energética mundial, criando uma espécie de pequena OPEP para ele”.

Embora em linha com a leitura, o especialista em geopolítica João Alfredo Lopes Nyegray fez algumas pontuações. A China é relevante para o escoamento do petróleo venezuelano, porém ela não depende existencialmente desse fluxo. “Em 2025, estimativas de traders evidenciam que a Venezuela representou cerca de 4% das compras chinesas do óleo”, disse Nyegray, que coordena o Observatório de Negócios Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). O que dá racionalidade geopolítica à estratégia, opina, não é cortar a energia da China, mas usar o petróleo venezuelano como peça de negociação para aumentar a capacidade norte-americana de gerir oferta (e consequente impacto em preços), destinos e receitas setoriais.

“Mas é importante ressaltar que apesar da possibilidade de pressão em preços em médio prazo, nem essa relação de maior oferta e menor preço é garantida. É que em momentos de cotação baixa do petróleo, como atualmente, as companhias tendem a ser mais criteriosas em seus investimentos. Acabam evitando alguns projetos que possam considerar mais incertos ou ajustam a produção”, diz Ruy Hungria, analista da Empiricus Research. Sobre a China, especificamente, a situação se complicaria em uma eventual intervenção no Irã, por exemplo, que representa aproximadamente 15% de suas importações deles. “É cerca de quatro vezes mais que a Venezuela”, afirma Hungria.

Há expectativa, agora, de retomada de investimentos nos campos venezuelanos, bastante sucateados depois que Hugo Chávez concentrou a exploração



*Lula e Xi Jinping:
parceria comercial
é relevante entre
Brasil e China*

RICARDO STUCKERT/FPF

Resposta do petróleo

Diferentemente de outras grandes crises geopolíticas que eclodiram nos últimos anos — como o início da guerra em Gaza ou a invasão russa na Ucrânia — a captura do ditador venezuelano Nicolás Maduro pelos Estados Unidos pouco impactou, ao menos em curtíssimo prazo, os preços do petróleo. Ocorreu, contudo, um pico de alta das ações de petroleiras americanas na segunda-feira, 5, com uma posterior correção. Mas os papéis ainda assim mantiveram-se em patamar mais valorizado com a expectativa da atividade das petroleiras nas reservas venezuelanas. As ações da Petrobras, contudo, perderam com o cenário devido à expectativa da queda e preços do óleo em médio prazo (veja mais na página 18).

A reação imediata tímida dos mercados é explicada por incertezas que ainda pairam sobre os desdobramentos políticos na região. A invasão da Venezuela pelos Estados Unidos ocorreu num cenário de preço do petróleo já pressionados. Em 2025, o preço do barril do tipo WTI (referência de preços norte-americanos) recuou 19,9%, maior declínio porcentual desde 2020. Já o Brent (referência europeia) caiu cerca de 14,3% no ano. O barril está cotado perto de US\$ 60, e baliza decisões da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opec), grupo de países produtores.

de petróleo na estatal do país, a PDVSA, há cerca de duas décadas. À época, as operações no país estavam nas mãos de gigantes americanas, Chevron, Exxon-Mobil e ConocoPhillips. Só a Chevron ficou na Venezuela e mantém operações até hoje. A questão central é o volume necessário de investimentos locais para extrair mais petróleo venezuelano, visto que o estado dos campos é desconhecido, avaliam os especialistas, e também qual é o apetite ou o calibre da capacidade de investimentos das petroleiras por lá, já que os preços do óleo estão em queda em anos recentes.

Por conta desse cenário, é difícil projetar quando poderá ocorrer o efeito baixista para os preços no mercado internacional com uma alta de produção na Venezuela. Os economistas citam “médio prazo” sem arriscar cravar número de anos aproximado. Para o Brasil, as consequências dos fatos parecem mistas. Evidentemente, o preço de petróleo em baixa não contribui para o lucro da Petrobras e de outras companhias petroleiras, reforça Silvio Campos Neto, economista da Tendências Consultoria. Mais um ponto negativo é a abertura de um novo front de interesse para investidores, dividindo os interesses de alocação de recursos no setor em projetos na Margem Equatorial brasileira — que recebeu sinal verde de exploração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) no final de 2025 — e na Venezuela.

Mas, ao mesmo tempo, o quadro pode abrir oportunidades de exploração futuras na Venezuela, comenta Pires. Ademais, do ponto de vista de exportações, as brasileiras podem elevar seus embarques à China. “O mercado asiático, particularmente, fica mais favorável para o Brasil na medida em que houver desvio do abastecimento do petróleo venezuelano”, disse o economista Simão Silber, professor da Universidade de São Paulo (USP).

Além do petróleo, o movimento de Trump transforma a Venezuela em uma vitrine de coerção para outros parceiros do Sul Global, disse ainda Nyegray, da PUCPR. A estratégia pode já ter funcionado. Nesta semana, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, e Trump tiveram a primeira conversa telefônica depois de pronunciamentos marcados por hostilidade. Após meia hora de telefonema, Petro falou à população colombiana e arrefeceu o tom bélico que vinha marcando ataques públicos entre os dois mandatários. Trump disse que uma operação militar contra a Colômbia soava bem — no discurso, o foco em controlar o tráfico de drogas na região.

Trump e Petro tiveram uma conversa “amigável” e uma reunião na Casa Branca pode ocorrer em breve. Na conversa, o colombiano defendeu uma aliança em torno do potencial de geração de energia limpa da América do Sul — mesmo com a clara posição do americano em defender (e turbinar) os combustíveis fósseis. É esperar para ver. **D**



Ações de petroleiras americanas chegaram a saltar entre 5% e 16%

Chacoalhão setorial

Investida americana na Venezuela move os mercados acionários das principais petroleiras do mundo enquanto investidores esperam os desdobramentos políticos

Mal abriram os mercados neste início de janeiro de 2026 – depois de um fim de semana marcado pelos desdobramentos da captura de Nicolás Maduro, ditador venezuelano, pelos Estados Unidos –, as ações das petroleiras americanas deram saltos nas bolsas de valores. Os papéis da Chevron, a única companhia norte-americana a operar na Venezuela atualmente subiram pouco mais de 7% só na segunda, 5, enquanto as refinarias Phillips 66, Marathon Petroleum, Valero Energy e PBF Energy registraram altas entre 5% e 16%

num mesmo dia. Com as altas, o índice de energia do S&P 500 – o indicador que reúne as maiores companhias americanas negociadas nas bolsas de Nova York e Nasdaq – subiu para seu nível mais alto desde março de 2025.

Ocorre que, conforme é costume nos mercados financeiros, parte da escalada decorrente de movimento especulativo já devolveu uma parte dos ganhos no dia seguinte. As três gigantes, Chevron, Exxon Mobil e Conoco Phillips, recuaram entre 2% e 4,5% na terça. A gangorra gerada pela situação política relacionada

ao futuro do poder na Venezuela (mesmo que ainda sem definição clara) e os desdobramentos para o mercado global de petróleo, contudo, devem seguir movendo os ponteiros das bolsas de valores.

No que diz respeito às companhias americanas, os ganhos ocorreram depois que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse que o país precisava de “acesso total” às vastas reservas de petróleo da Venezuela após a prisão de Maduro, aumentando as expectativas de que Washington poderia diminuir as restrições sobre exportações venezuela-



Gigantes americanas, exceto a Chevron, saíram da Venezuela em 2007

DOMINIC UPINSKI/REUTERS

nas de petróleo bruto. “Vamos fazer com que nossas grandes empresas petrolíferas dos Estados Unidos, as maiores do mundo, entrem, gastem bilhões de dólares, consertem a infraestrutura muito quebrada, a infraestrutura de petróleo, e comecem a ganhar dinheiro para o país”, disse Trump.

Vale lembrar que a Venezuela produzia até 3,5 milhões de barris de petróleo por dia na década de 1970, respondendo por mais de 7% da produção global. Mas a produção caiu para cerca de 1,1 milhão de barris diários no ano passado, ou aproximadamente 1% da oferta global, após anos de poucos investimentos e sanções internacionais à compra do óleo do país.

O petróleo venezuelano é um petróleo com alto teor de enxofre, o que o torna adequado para a produção de diesel e combustíveis mais pesados, embora com margens menores em comparação com outros tipos, principalmente os do Oriente Médio. Mas é um tipo de petróleo se alinha bem com a configuração das refinarias da Costa do Golfo norte-americano, que historicamente foram projetadas para processar esses tipos de óleo, explicou o estrategista de pesquisa da corretora Pepperstone, Ahmad Assiri.

A presença atual da Chevron na Venezuela, sob uma isenção dos EUA, posicionou-a como uma possível primeira beneficiária de qualquer mudança de política, enquanto as refinarias ganham com a maior disponibilidade de petróleo pesado mais perto de casa. Ainda assim,

analistas advertiram que qualquer recuperação significativa na produção de petróleo venezuelana provavelmente levaria tempo, dada a incerteza política, a deterioração da infraestrutura e os anos de pouco investimento.

Por sua vez, ExxonMobil e ConocoPhillips encerraram suas operações na Venezuela após o governo de Hugo Chávez exigir em 2007 que a empresa estatal PDVSA detivesse ao menos 60% de participação em todos os projetos petrolíferos nacionais. A Chevron foi a única gigante americana a aceitar os termos e permanecer no país. Anos depois o governo americano proibiu operações de suas empresas na Venezuela, mas a petroleira obteve licenças especiais para seguir operando no país em 2017 e contornou os embargos.

Tanto a Chevron como a ExxonMobil possuem ainda negócios relevantes na Guiana, país vizinho da Venezuela e também lar de reservas significativas de petróleo. Para Adriano Pires, diretor fundador do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), são duas das empresas que podem mais rapidamente se beneficiar de uma mudança no paradigma comercial do petróleo venezuelano. As companhias especializadas em tecnologia petroleira também poderão tirar proveito de uma mudança de regime no país latino, disse o professor da FIA Business School, Carlos Honorato. A Venezuela conta com infraestrutura extremamente desatualizada. Entre os exemplos estão Halliburton, SLB e Weatherford.

No Brasil, as ações das empresas do setor de petróleo fecham em queda nesta segunda-feira, ainda que tímidas, incluindo os papéis da Petrobras (-1,43%) e da Prio (-1,51%). O recuo foi gerado pela constatação de que os preços do petróleo permanecerão baixos por um período mais prolongado. Embora o barril ainda remunere a Petrobras – o barril vale US\$ 60 e o custo é de aproximados US\$ 30 – o ano vai ser difícil para o setor se não houver reação nos preços, acreditam especialistas setoriais. O efeito em médio e longo prazos para as companhias brasileiras ainda é incerto. Se por um lado eventual abertura do mercado venezuelano pode abrir oportunidades de exploração para a Petrobras, por exemplo, por outro o risco geopolítico regional cresce – e pode afastar investimentos.

Com reportagem de Matheus Almeida

Estatual venezuelana PDVSA lidera as operações setoriais no país vizinho



CARLOS GARCIA RAWLINS/REUTERS



Ano marcará o fim da "era da renda fixa fácil" e outros ativos devem ganhar impulso

Onde 'apostar as fichas'

Esperada queda de juros no Brasil vai mudar a chave para o investidor, que precisará ter cautela estratégica para diversificar as carteiras

O cenário econômico de 2026, por ora, se desenha como um divisor de águas para o investidor brasileiro. É que a previsão de baixa de juros deverá começar a mover as peças num cenário onde a renda fixa dominou o interesse do brasileiro. O consenso do mercado financeiro aponta para o início de um ciclo de afrouxamento da taxa básica de juros já no primeiro semestre, com projeções de que a Selic chegue a dezembro a 12,25% ao ano. O otimismo é contrabalançado pela cautela fiscal, típica de anos eleitorais, e pela postura vigilante do Banco Central diante do retrato.

O presidente da autoridade monetária, Gabriel Galípolo, tem reiterado que o Comitê de Política Monetária (COPOM) não trabalha com cenários pré-definidos, preferindo a análise técnica de dados conjunturais antes de sinalizar os próximos cortes. Essa prudência reflete a necessidade de ancorar as expectativas de inflação em um ambiente de transição de governo. Diante disso, para o investidor, o momento exige uma recalibragem das carteiras, migrando do porto seguro da renda fixa pós-fixada para ativos que capturam a valorização gerada pela queda dos juros.

O ano vai exigir uma certa 'cautela estratégica' do investidor brasileiro, que elenca alguns passos sugeridos por especialistas: aproveitar o desconto das ações brasileiras, travar taxas na renda fixa antes que a Selic caia de forma mais acentuada, e manter uma parcela relevante do patrimônio em dólar para mitigar os riscos de um cenário político-econômico que ainda carece de definições fiscais claras.

O ambiente à frente marca o fim da era da "renda fixa fácil" a 15% ao ano. Especialistas sugerem uma transição gradual: embora os títulos pós-fixados, atrelados ao CDI, ainda sejam essenciais para formar reservas de emergência, a oportunidade de ouro reside em travar taxas elevadas em títulos prefixados e IPCA+. A recomendação de analistas é focar em vencimentos inter-



DRAGOS CONDREA

O momento é favorável para alocar na bolsa brasileira porque as ações estão “baratas”, dizem analistas

mediários, com duração média de seis anos, evitando a volatilidade excessiva dos papéis de longo prazo. Ademais, pode ser um momento de olhar outra vez para a renda variável.

Apesar de o Ibovespa, o principal índice da bolsa brasileira de valores, ter superado a marca dos 164 mil pontos em 2025, analistas de casas como a XP Investimentos e o BTG Pactual sustentam que as ações brasileiras permanecem baratas. O principal indicador de valor de companhia listada, a relação Preço/Lucro (P/L) – preço da ação e o lucro que a empresa gerou –, negocia em torno de nove vezes, ou seja, a média está em patamar significativamente inferior ao dado histórico. Há portanto potencial de valorização, de até 25%, que pode elevar o Ibovespa ao patamar de 185 mil pontos.

A estratégia recomendada por analistas foca em seletividade de empresas com balanços sólidos e baixa alavancagem. Companhias do setor financeiro chamam a atenção e o segmento de infraestrutura e utilidades públicas segue entre as preferidas por alguns es-

pecialistas. Empresas com dividendos resilientes, como Equatorial, Energisa e Sabesp, são vistas como porto seguro. Já no setor de commodities, o destaque recai sobre a Suzano, por seu perfil defensivo e dolarizado, e a PRIO, devido à forte geração de caixa no setor de petróleo.

No contexto do ano, a diversificação internacional também deixa de ser opcional. A orientação é manter ao menos 15% do patrimônio em ativos globais, com foco especial em títulos do governo norte-americano. Com rendimentos próximos a 5,5% ao ano, os títulos do Tesouro dos Estados Unidos oferecem ao investidor um retorno real em moeda forte, servindo como uma proteção essencial contra as incertezas fiscais domésticas em ano de eleição. Ademais, a resiliência da economia americana, que apresentou crescimento de 4,3% no terceiro trimestre de 2025, pode moderar o ritmo de cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed).

Paralelamente, nas bolsas americanas, diante de um S&P 500 com múltiplos esticados após três anos de

altas consecutivas, o mercado começa a olhar com mais atenção para outros mercados, e entram aí os países emergentes. A China desponta como uma alternativa tática interessante para 2026, negociando a preços descontados e podendo ser beneficiada por novos estímulos governamentais.

Especificamente no front tecnológico, especulava-se o risco de bolha devido ao crescimento setorial ligado à inteligência artificial (IA). Alguns analistas dizem que é um temor que começa a ficar de lado. É que diferentemente da bolha das empresas ‘pontocom’ dos anos 2000, o ciclo atual é impulsionado por gigantes altamente lucrativas e com forte geração de caixa. Projeções indicam investimentos globais da ordem de US\$ 1,2 trilhão em infraestrutura de IA, beneficiando diretamente empresas como Nvidia, Microsoft e Amazon. Para o investidor que busca exposição diversificada a esse tema, os ETFs (Exchange Traded Funds) focados em tecnologia e semicondutores, podem ser opções mais eficientes. **D**

Em cenário de juro alto os investidores preferem alocar recursos em renda fixa e as cotas de fundos ficam baratas



Reviravolta nos fundos imobiliários?

O esperado recuo dos juros pode contribuir para que as cotas desse tipo de fundo volte a ser atraente em 2026

Os fundos de investimento imobiliário (FIIs) unem em um ativo só duas dinâmicas distintas: a do mercado imobiliário e a do mercado financeiro. Atualmente, as duas caminham em direções distintas. De um lado, a demanda por imóveis segue elevada, a vacância, baixa, e a qualidade dos ativos, em geral, é bem avaliada. Do outro, os juros elevados pesaram sobre o mercado de fundos de investimentos imobiliários (FIIs) nos últimos anos. É uma dinâmica natural em época de juro alto: os FIIs perdem o sentido se há outras opções em renda fixa que entregam

mais retorno. Mesmo com a alta do indicador que mensura o segmento na B3, o IFIX, em 2025 diversos fundos ainda foram negociados a preços abaixo ou muito próximo do valor patrimonial – o que dificulta a emissão de novas cotas e o crescimento dos FIIs.

Uma melhora no lado financeiro, com a queda das taxas de juros de longo prazo, poderia destravar valor nesse segmento. Enquanto isso não acontece, o cenário demanda do investidor paciência e seletividade. A precificação dos FIIs é altamente sensível à taxa de juros – não apenas à Selic, mas às curvas de juros

de longo prazo, explica Arthur Vieira de Moraes, especialista em FIIs e colunista do site da B3, o Bora Investir. Em 2025, o juro alto aumentou o custo de capital, reduziu o apetite por novas emissões e manteve os preços das cotas pressionados. Para 2026, a queda das taxas pode ser o principal gatilho para recuperação.

“Eu ainda acho que a taxa de juros é o fator mais importante para recuperação de preços. E aí é uma questão de a gente estar mais ou menos otimista com a chance do juro de fato cair”, diz ele. “Não só a Selic, que parece que está caminhando para uma queda com a in-

Vieira de Moraes, especialista em FII: juro é o fator mais importante para a recuperação



DIVULGAÇÃO

flação mais controlada, mas também as taxas de longo prazo, lá do Tesouro IPCA+.” Otmar Schneider, especialista em FIIs da Nord Investimentos, está otimista quanto a isso. “Espera-se uma queda na taxa de juros da economia e isso beneficia os ativos de renda variável (beneficiar, aqui, significa aumentar o preço). É um quase consenso de mercado que os juros irão cair — ou seja, é um bom momento para investir”, escreve.

Com a redução do juro, os preços das cotas tendem a se aproximar (e eventualmente superar) o valor patrimonial, abrindo espaço para follow-ons e novas aquisições. Para Schneider, isso significa uma oportunidade no mercado de FIIs. “É um bom momento [para comprar] porque os ativos estão mais baratos (com os juros altos) do que estarão

no próximo ano (com os juros mais baixos). Se estão mais baratos, você consegue comprar mais ativos, que vão te entregar mais renda e vão diminuir o tempo para a sua independência financeira. Você está comprando renda, pagando mais barato”, avalia.

Apesar da pressão sobre as cotas dos fundos imobiliários, o mercado físico de imóveis segue aquecido. Arthur Vieira de Moraes destaca que a desvalorização dos FIIs não reflete uma crise no setor imobiliário, mas sim os efeitos do juro alto no mundo financeiro. No entanto, Arthur alerta para um ponto importante: a economia brasileira dá sinais de desaceleração, o que pode impactar lucros e ocupação no médio prazo, caso os juros permaneçam elevados. **D**

Por Bora Investir

Os fundos em destaque em 2025

Os fundos de investimentos no país captaram R\$ 88,4 bilhões em 2025. Ao todo, o patrimônio líquido alcançou R\$ 10,7 trilhões em todos os tipos de fundos, o que representa alta de 16% em comparação a 2024. Os dados foram publicados nesta semana pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Apesar do volume de recursos, a captação líquida dos fundos caiu 27% no ano passado, sempre considerada a comparação com o ano imediatamente anterior. Trata-se dos dados disponíveis no boletim mais recente.

O maior resgate foi visto nos fundos multimercados, um tipo de investimento diversificado e que pode reunir desde moedas como ações e renda fixa num mesmo fundo. Esse perfil de investimento teve resgate líquido de R\$ 58,8 bilhões, seguidos de perto pelos fundos de ações, que tiveram saída de R\$ 54,4 bilhões. Na sequência vieram os fundos de previdência, com resgate acumulado de R\$ 32,1 bilhões, e cambial, com R\$ 147,5 milhões.

Já na ponta positiva, ou seja, os tipos de fundos que mais recolheram recursos, estão os de renda fixa, com captação líquida acumulada de R\$ 84,2 bilhões, seguidos por fundos de investimento em participações (FIPs), com R\$ 60,1 bilhões, e em direitos creditórios (FIDCs), com R\$ 57 bilhões. Já os fundos de índice (ETFs, na sigla em inglês) tiveram entrada de R\$ 23 bilhões e os fundos de investimento em cadeias do agronegócio (Fiagros), de R\$ 9 bilhões.

US\$ 500 mi

é o valor que o banco digital **PicPay** poderá levantar na **oferta inicial de ações** (IPO) na bolsa americana Nasdaq. A companhia fez o pedido nesta semana e há expectativa que a oferta aconteça ainda em janeiro. Estão programadas apresentações para investidores a partir do dia 20. O PicPay é controlado pela J&F Participações, dos irmãos Joesley e Wesley Bastista.



Divulgação

US\$ 90 bi

é o **teto de superávit** de balança comercial brasileira projetado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) em **2026**. O mínimo esperado é US\$ 70 bilhões.

US\$ 348 bi

é quanto o **Brasil exportou** em 2025, mesmo com o tarifaço estabelecido pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. A receita exportada superou a de 2024 em 3,5%, e renova o recorde histórico de exportações do país em um ano. O marco anterior é de 2023, quando os brasileiros exportaram o equivalente a US\$ 339 bilhões. O principal destino das vendas no ano passado foi a China, seguida por Estados Unidos. O **saldo** final da balança foi **positivo** em US\$ 68 bilhões, contudo, houve queda de 8% em comparação ao ano anterior.

R\$ 810

é o valor aproximado da **dose única diária do Wegovy**, da farmacêutica dinamarquesa **Novo Nordisk**, lançado nesta semana nos Estados Unidos. O **comprimido** é uma aposta do laboratório para conquistar consumidores que não gostam de usar as "canetinhas" emagrecedoras injetáveis. A companhia busca revitalizar seus negócios após a queda das ações no ano passado em meio à concorrência acirrada no segmento de remédios para perda de peso.



Andrew Silver/Reuters

75

é a quantidade de **leilões de ativos públicos** organizados pela B3 em 2025. A bolsa brasileira de valores promoveu eventos que alienaram 98 ativos à iniciativa privada. As obras vão levantar **R\$ 244 bilhões** em investimentos. O resultado supera o desempenho de 2024, quando foram realizados 64 leilões e contratados R\$ 180 bilhões em aportes.



Plano de reestruturação da estatal considera fechar 16% das agências

ANTÔNIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

O plano dos Correios

Estratégia terá três etapas com foco em equilibrar as contas no curto prazo e contratar uma consultoria para redesenhar o modelo de negócios

Com o objetivo de reduzir os seguidos déficits registrados desde 2022, os Correios divulgaram nesta transição entre 2025 e 2026 o esperado plano de reestruturação da companhia, que considera a previsão de fechar 16% das agências da estatal. Isso representa cerca de mil das 6 mil unidades próprias espalhadas por todo o país, além de um Programa de Demissão Voluntária (PDV) que envolve quinze mil funcionários até 2027. O presidente dos Correios, Emmanoel Rondon, disse que, só o plano deve gerar economia anual de R\$ 2,1 bilhões.

A estratégia de recuperação da estatal, que enfrenta concorrência crescente de gigantes norte-americanas como Mercado Livre e Amazon, será dividido em três partes. Uma delas, de curto prazo, envolve recuperar a liquidez no caixa da empresa com o uso dos recursos obtidos para cumprir compromissos e recuperar qualidade na operação. Os Correios tomaram um empréstimo de R\$ 12 bilhões junto a cinco grandes bancos para equilibrar as contas, com R\$ 10 bilhões desembolsados em 2025 e outros R\$ 2 bilhões em janeiro de 2026. O empréstimo tem três anos de carên-

cia. Rondon disse que o volume de recursos vai permitir a adimplência nos contratos com fornecedores, nos benefícios de empregados e nos tributos.

“Contas em dia, com a qualidade da operação recuperada, a gente volta a ter confiança no mercado”, justificou. Outra etapa do plano, a ser cumprida em médio prazo, é a reorganização e modernização da companhia a partir do estabelecimento de metas de produtividade a partir deste início de 2026. Em meio as ações está o PDV, a revisão de planos de previdência, o fechamento de unidades deficitárias respeitando o plano de uni-



Rondon, dos Correios: plano vai contribuir para economia anual de R\$ 2 bi

FABIO RODRIGUES-POZZEBOW/AGÊNCIA BRASIL

versalização do serviço postal, a venda de imóveis e a modernização tecnológica da área logística.

A terceira e última etapa envolve reverter o modelo de negócios. Os Correios vão contratar uma consultoria para avaliar novas possibilidades de rear-

ranjo societário, como transformação da companhia de uma empresa estatal para uma de capital misto. A companhia atualmente é 100% pública, mas avalia a possibilidade de abrir seu capital transformando-a, por exemplo, em uma empresa de economia mista, como

é hoje a Petrobras e o Banco do Brasil. A possibilidade de privatização foi descartada por Rondon. “Hoje não tem o olhar sobre privatização, mas tem sobre parcerias, inclusive societárias. Há exemplos de sociedade economia mista que funcionam. Há outros modelos, como parcerias específicas para temas relevantes, a exemplo da área de negócios financeiros e seguridade”, disse. “O que a gente espera que a consultoria nos traga são estudos que casem com a realidade da empresa no contexto que a gente está”.

A correção de rota precisa ser feita de forma rápida, disse Rondon, que assumiu o cargo em setembro do ano passado prometendo restaurar a eficiência dos Correios sob a expectativa de modernizar a companhia. O plano da estatal será acompanhado por uma estrutura de governança própria já estabelecida. As áreas executivas responsáveis pelas mudanças apresentarão relatórios mensais a serem avaliados pelo Conselho de Administração da companhia, pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União e pelo Ministério das Comunicações. **D**

O atual modelo de negócios

A Lei nº 6.538/1978, que regula os serviços postais no Brasil, reserva aos Correios o monopólio legal apenas sobre o envio de cartas pessoais e comerciais, cartões-postais e correspondências agrupadas (malotes). Já o envio de encomendas e serviços de logística de pacotes – o que engorda o caixa no mundo atual – não está sujeito à exclusividade estatal e pode ser explorado por empresas privadas como as gigantes já citadas (Mercado Livre e Amazon criaram redes próprias). A isso somam-se decisões gerenciais ruins, cortes em investimentos, frota sucateada e um passivo trabalhista que já beira R\$ 700 milhões em 2025. Com o plano, há expectativa por parte dos dirigentes da

estatal de haver uma queda no déficit em 2026 – e que a companhia passe a fechar ‘no azul’ a partir de 2027. Só em 2024 os Correios tiveram um prejuízo líquido de R\$ 2,6 bilhões, ainda com ressalvas de dados contábeis pela auditoria. Já nos primeiros seis meses do ano passado, o prejuízo somou R\$ 4,4 bilhões – maior, portanto, do que em todo o ano imediatamente anterior. Observada a receita total no mesmo período de 2025, de R\$ 8,9 bilhões, ficou 9% na base comparativa em comparação ao ano anterior. As despesas com precatórios (dívidas reconhecidas pela Justiça), por sua vez, saltaram 512%, e as despesas administrativas subiram de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 3,4 bilhões.

Duelo em Brasília

Definição do TCU de investigar o processo decisório do Banco Central sobre a liquidação do Master ganha novo capítulo em janeiro

O imbróglgio do banco Master segue em um novo capítulo, e o embate entre o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Banco Central (BC) escalou nesta primeira semana de 2026. O TCU colocou em xeque a autonomia técnica da autoridade monetária na condução de processos de liquidação do banco quando, na segunda-feira, 5, o ministro Jhonatan de Jesus emitiu um despacho alertando para a possibilidade de impedir o BC de alienar bens do Master,

pertencente ao empresário Daniel Vercaro, durante o processo de liquidação da instituição financeira.

O BC, contudo, já pediu um embargo de declaração no TCU, no dia seguinte, para questionar a decisão do ministro de determinar uma inspeção em seus arquivos. A autoridade monetária diz que o regimento interno do próprio tribunal estabelece que apenas decisões colegiadas podem determinar inspeções em órgãos federais.

A medida visa investigar os procedimentos decisórios para a decisão tomada pelo BC em novembro do ano passado. O objetivo, diz a corte de contas, é assegurar que atos potencialmente irreversíveis não prejudiquem o valor a ser liquidado nem a utilidade do controle externo exercido pelo TCU. Técnicos do tribunal analisarão documentos, registros internos e bancos de dados para verificar se houve motivação adequada, coerência e se alternativas me-

*Jhonatan de Jesus,
ministro do TCU:
investigação em
documentos do
Banco Central*



Liquidação do Master foi determinada pelo BC em novembro passado



AMANDA PEROBELLI/REUTERS

nos gravosas foram consideradas antes da decretação do regime de liquidação. Em meio aos questionamentos que se levantam, relacionados à ação do tribunal, o presidente da Corte, ministro Vital do Rêgo, reforçou a legitimidade da atuação ao sustentar a competência do tribunal para fiscalizar a autarquia conforme estabelecem os artigos 70 e 71 da Constituição Federal.

Os questionamentos do tribunal ao BC, relacionados ao caso Master, começaram em meados de dezembro passado. O tribunal solicitou documentos relacionados à condução do processo decisório que levou ao pedido de liquidação do banco. A decisão desta semana é motivada por lacunas na nota técnica enviada pelo BC. O ministro da corte de contas busca, ainda, esclarecer se houve divergências internas no BC entre Ailton de Aquino Santos, diretor de fiscalização da autoridade monetária, e Renato Dias Gomes, diretor de organização do sistema financeiro, contrariando a versão oficial do BC de que haveria consenso sobre o caso.

O embate institucional ocorre em meio a graves suspeitas que pesam sobre o Master. O BC anunciou a liquidação do banco em novembro passado, e comunicou ao Ministério Público Federal (MPF) indícios de fraudes em fundos que somariam R\$ 11,5 bilhões,

além de operações simuladas e sem lastro. Há também referências à venda de uma carteira falsa ao Banco de Brasília (BRB), fato que motivou um pedido de prisão de Daniel Vorcaro, dono do banco. O rombo ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) soma R\$ 41 bilhões. Antes disso, a instituição financeira já operava sob risco de falência por causa do alto custo de captação e da exposição a investimentos considerados arriscados, com juros muito acima do padrão de mercado.

Dentro do BC, as decisões do TCU são interpretadas como inéditas e heterodoxas, com o receio de que a interferência abra brechas jurídicas para que Vorcaro tente reverter a liquidação ou pleitear indenizações contra o Estado na Justiça. O caso depende agora da reconstrução do rito decisório por meio da documentação originária, etapa essencial para que o tribunal avalie se a motivação final do BC considerou suficientemente os elementos contrários apresentados pelo mercado antes da intervenção. **D**

MATELUS BONDINI/REUTERS



Indício de fraudes envolve o BRB, de Brasília, que quase comprou o Master no ano passado



Santoro, ex-IMC, chega ao GPA para comandar a rede, que vive nova fase

REPRODUÇÃO LINKEDIN

Sob nova direção

Grupo Pão de Açúcar anuncia Alexandre de Jesus Santoro, com trajetória em varejistas alimentícias como Pizza Hut e Burger King, como novo executivo

Sob o controle da família mineira Coelho Diniz, o Grupo Pão de Açúcar (GPA) anunciou nesta semana que o conselho de administração elegeu Alexandre de Jesus Santoro, com trajetória anterior na International Meal Company (IMC) – dona de marcas como Pizza Hut e Frango Assado –, como o novo diretor-presidente da companhia. A notícia foi distribuída ao mercado por

meio de uma nota assinada por Rafael Sirotsky Russowsky, que até então acumulava o cargo. Russowsky segue no grupo nos cargos de vice-presidente de finanças e diretor de relações com investidores. Santoro tem longa trajetória no varejo alimentar, e chega à companhia em um momento em que são esperadas mudanças na condução dos negócios pelos novos controladores minei-

ros. Além do tempo de comando na IMC, entre suas experiências prévias, está também a canadense Restaurant Brands International (RBI), dona do Burger King, entre outras marcas, lembrou um relatório da XP. A gigante do varejo ganhou novo controlador no ano passado.

A família mineira Coelho Diniz (que apesar do sobrenome nada tem a ver com o falecido controlador Abílio Diniz)

Empresas

adquiriu uma fatia maior da companhia no segundo semestre de 2025, quando chegou a 24,6% das ações. Por fim, com a tacada, ultrapassou o até então majoritário Casino, que detém 22,5% de participação. Os irmãos André Luiz, Alex Sandro, Fábio, Henrique Mulford e Helton Coelho Diniz passaram a comandar o conselho da rede em outubro.

A família dona de 22 lojas e um centro de distribuição em Governador Valadares (MG) tende a elevar a barra de retorno para novos projetos e a acelerar o fechamento de lojas com retorno sobre o capital investido aquém do custo de capital, disse um especialista à IstoÉ Dinheiro no final do ano passado. Em suma, é apostar em um recalibramento da rede, sem deixar de lado fazer ampliação na bandeira principal (Pão de

Açúcar), até que a geração de caixa e o “payback” (retorno sobre investimentos) se prove loja a loja – um interesse que o GPA já havia sinalizado, avaliou ao final do ano passado George Sales, professor de mercado financeiro na Fipecafi.

Dentro das lojas, ademais, pode haver menor complexidade de marcas disponíveis ao consumidor – com maior curadoria de produtos (SKUs). É que isso costuma destravar capital de giro e melhorar a disponibilidade de itens que importam para o cliente, disse o especialista. Ademais, entre outras alterações, pode-se esperar que a bandeira Pão de Açúcar siga como âncora de margem. O movimento de avanço dos Coelho Diniz na participação do GPA começou em fevereiro de 2025, quando então a família mineira,

apesar da postura discreta, passou a gerar comunicados formais e chamar a atenção do mercado – o que não ocorria antes pela baixa participação no GPA. Alguns dos integrantes da família têm redes sociais, mas as aparições públicas são poucas (tal como as entrevistas à imprensa). Com o movimento, as instituições financeiras e o mercado de capitais voltaram os olhos para os empresários. Os negócios da família não têm números explícitos, já a rede dos Coelho Diniz tem capital fechado. Todavia, o faturamento é estimado em até R\$ 3 bilhões anuais – vale lembrar que o GPA obteve receita líquida de R\$ 14 bilhões nos primeiros nove meses do ano passado, de acordo com o balanço trimestral mais recente disponível no site da companhia varejista. **D**



Bandeira Pão de Açúcar deve seguir como âncora de margem, avalia especialista



YAN YAN/AP



FABIO RODRIGUES-POZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

Xi Jinping, presidente da China, e Carlos Fávaro, ministro da Agricultura brasileiro: conversa ainda não acabou

A fatia americana

China estabelece cotas para exportadores de carne bovina, mas governo brasileiro vai negociar flexibilização contando com o espaço deixado por norte-americanos

O governo chinês concretizou na virada do ano uma decisão que vinha sendo debatida em esfera diplomática, relacionada às exportações de carne bovina. Sem gerar (aparentemente) muito trauma, a China estabeleceu cotas específicas de vendas de proteínas para o seu mercado – válidas já a partir do dia 1º de janeiro. Como este já era um tema em debate, o governo brasileiro vai sacar da gaveta uma estratégia traçada anteriormente. O Brasil deve propor aos asiáticos a flexibilização das cotas de carne bovina isentas de tarifas adicionais, com o argumento de que pode haver redistribuição de volumes não utilizados por outros exportadores.

Ou seja, de acordo com o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, as cotas foram estabelecidas de forma igualitária para os países que venderam a proteína àquele país nos últimos três anos. O ministro destaca, contudo, que alguns desses fornecedores nem sempre exportam sua cota máxima, e o Brasil poderá assumir esses “gaps” que faltam. Um dos exemplos é o grupo de exportadores dos Estados Unidos, que não realizaram vendas da proteína para o mercado chinês em 2025.

As negociações bilaterais ocorrerão ao longo de 2026. A manutenção da oferta brasileira com preços competitivos e qualidade superior auxilia o go-

verno chinês no controle da inflação de alimentos, continua o ministro brasileiro. As cotas foram estabelecidas oficialmente pelo Ministério do Comércio da China no dia 31 de dezembro último. O órgão determinou a imposição de cotas específicas por país, aplicando uma tarifa adicional de 55% sobre os volumes que excederem o limite estabelecido. As medidas serão mantidas por três anos, com validade até 31 de dezembro de 2028.

O Brasil é o principal fornecedor de carne bovina para o mercado chinês, com 45% de participação, e terá uma cota de 1,106 milhão de toneladas a exportar sem a cobrança de taxas extras

E o acordo Mercosul-UE?

Seguem as expectativas relacionadas à finalização do acordo entre Mercosul e União Europeia. Neste início de janeiro, as autoridades europeias disseram ter ocorrido “progresso nas discussões sobre o acordo” nas duas últimas semanas. O comentário foi feito por Paula Pinho, a porta-voz chefe do bloco, durante uma coletiva de imprensa em Bruxelas, na Bélgica. Questionada sobre rumores de que a assinatura ocorreria em 12 de janeiro, ela disse que, apesar do avanço, contudo, ainda não há uma data específica. “Estamos no caminho certo para assinar o tratado com o Mercosul em breve”, disse a porta-voz.

O acordo iria ser assinado, depois de 26 anos de tratativas, em 20 de dezembro passado, mas após pressões do governo francês e italiano acabou sendo postergado para o início de janeiro. Apesar de resistências concentradas na França e na Itália, a maioria dos Estados-membros europeus segue favorável à conclusão do acordo comercial. Em carta enviada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o presidente do Conselho Europeu, António Costa, reafirmaram o compromisso de concluir a assinatura em janeiro, explicando que o adiamento se deve à finalização de procedimentos internos relacionados ao conselho do bloco.

A resistência italiana, alinhada à francesa, está ligada a pressões do setor agrícola por maiores garantias. Para contornar essas objeções, o Parlamento Europeu aprovou salvaguardas mais rígidas para produtos sensíveis, além da proposta de um fundo de compensação de 1 bilhão de euros e reforço nos controles fitossanitários. A primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, indicou que Roma pode apoiar o acordo “em no máximo um mês”.

STEPHANIE LECOCQ/REUTERS



Ursula von der Leyen, da Comissão Europeia, quer assinatura ainda em janeiro

em 2026. O teto sobe para 1,128 milhão de toneladas em 2027 e alcança 1,154 milhão em 2028. Entre janeiro e novembro de 2025, os brasileiros já haviam exportado 1,499 milhão de toneladas ao mercado chinês, gerando uma receita de US\$ 8,028 bilhões. Outros exportadores também enfrentarão limites. A Argentina terá uma cota de 511 mil toneladas no próximo ano, seguida pelo Uruguai (324 mil toneladas), Nova Zelândia (206 mil toneladas), Austrália (205 mil toneladas) e Estados Unidos (164 mil toneladas).

O governo brasileiro informou que a medida chinesa não foi recebida com surpresa porque o assunto já era discutido bilateralmente desde o ano passado. A salvaguarda tem o objetivo de proteger os criadores locais da China, o que o governo brasileiro classifica como uma estratégia soberana compreensível dentro da relação de confiança mútua entre as nações. Embora não seja notícia que costume agradar o setor privado exportador, o Ministério da Agricultura informou que não há impacto relevante da medida para o mercado neste mo-

mento, e que a cota estabelecida para o Brasil está dentro da média histórica – mesmo que abaixo do desempenho de 2025. No ano passado, os brasileiros ampliaram as exportações para a China, visto que as restrições tarifárias impostas por Donald Trump, o que ficou conhecido como “tarifaço”, gerou uma guerra tarifária entre Estados Unidos e China, tornando a carne norte-americana proibitiva para o mercado chinês. Os exportadores brasileiros acabaram suprimindo parte da demanda.

Caso as exportações brasileiras, por fim, superem o limite isento, o excedente será redirecionado para outros mercados. O Brasil exporta para 29 novos destinos abertos nos últimos anos, incluindo México, Vietnã e Malásia. Além disso, há expectativa de abertura do mercado japonês em março de 2026. Fávoro descartou qualquer intenção de acionar a Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a China, priorizando a manutenção da estabilidade comercial com o principal parceiro econômico do país. [D](#)

BYD vendeu mais de 2 milhões de unidades em 2025

ANNIEGRETT HILSE/REUTERS



Um novo líder

A chinesa BYD alcançou a liderança global de entregas no segmento de elétricos e desbancou a Tesla, de Elon Musk

O mercado global de mobilidade elétrica tem um novo líder. Dados do universo automotivo divulgados neste início de ano confirmam que a Tesla, de Elon Musk, perdeu o posto de maior vendedora de veículos elétricos do mundo para a chinesa BYD. O movimento, que já era antecipado por especialistas, consolidou-se após um quarto trimestre morno para a fabricante americana – e um ano de expansão

agressiva da gigante chinesa com sede em Shenzhen.

A Tesla encerrou o último trimestre de 2025 tendo entregue pouco mais de 418 mil veículos. Embora o número tenha elevado o total anual da companhia para 1,64 milhão de unidades, o resultado ficou aquém do esperado por Wall Street – o coração financeiro dos Estados Unidos. O consenso da empresa de dados FactSet projetava que a empresa

de Musk entregasse cerca de 449 mil unidades no período, e por fim o resultado final evidenciou uma desaceleração mais brusca do que era prevista. Em contrapartida, a BYD reportou um desempenho histórico no ano que passou. No acumulado de 2025, a marca chinesa atingiu a marca de 2,26 milhões de veículos 100% elétricos vendidos, estabelecendo uma vantagem confortável sobre a concorrente americana.



Wuang Chuanfu, fundador da BYD, e Lula na Bahia: nova fábrica

RICARDO STUCKERT/PPR

A perda da liderança da Tesla é o reflexo de uma combinação de fatores econômicos e de imagem que atingiram a companhia de Musk na reta final do ano, como o fim do crédito tributário de US\$ 7,5 mil nos Estados Unidos, em setembro. A medida esfriou o apetite dos consumidores americanos ao elevar o custo real dos veículos em mais de R\$ 41 mil. Ademais, a exposição pública de Elon Musk (e seu apoio a figuras da extrema direita europeia e ao presidente Donald Trump) também atrapalhou a companhia. Além da BYD, a Tesla enfrenta ainda um cerco de montadoras europeias e outras marcas chinesas que renovaram seus portfólios com tecnologias mais recentes.

A ofensiva das montadoras chinesas, vale reiterar, impulsionada pela transição energética, foi um marco observado em 2025 no setor automotivo global. Algumas montadoras com origem na China seguem com performance invejável apesar das inconsistências vividas no mercado interno asiático – o qual vive uma enxurrada de produção sem que o consumo dê conta. A montadora BYD é a mais bem-sucedida de todas elas. Parte da enxurrada de carros elétricos chineses está vindo para o Brasil, a preços extremamente competitivos. Isso porque sobram veículos elétricos no mercado interno chinês. Entre os brasileiros, pode-se dizer que um movimento mais forte teve início em 2021, com o desembarque da BYD – hoje a líder no país, com vendas não só de elétricos, mas também de híbridos. A montadora, aliás, inaugurou sua primeira fábrica no

Brasil em Camaçari (BA), no mês de outubro passado, em uma cerimônia que teve a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do CEO global da BYD, Wuang Chuanfu.

Apesar da força chinesa, o governo do país (que vinha incentivando as montadoras locais há mais de uma década entregando pesados pacotes de subsídios) já vislumbrou perda do potencial de consumo nos mercados globais para o volume colossal de automóveis hoje produzido na China. Já se sabe, ao menos por ora, que um dos passos futuros do setor automotivo chinês será criar

mecanismos de seleção para restringir os veículos exportados para proteger a reputação das marcas – e essa restrição poderá também mexer com os preços.

Os vendedores de carros elétricos deverão seguir regras do governo da China, as quais permitirão apenas às montadoras e suas empresas autorizadas solicitarem licenças de exportação, movimento válido a partir deste ano. Seleção é um caminho natural para as marcas. Projeção feita pela consultoria AlixPartners aponta que apenas 15 das 129 marcas de veículos elétricos e híbridos chineses serão financeiramente viáveis até 2030. Atualmente, a maior parte das concessionárias chinesas está abarrotada. Analistas do setor automobilístico já disseram enxergar um mercado doméstico chinês com excesso de oferta.

Isso aconteceu pelo incentivo do governo local por meio de política de subsídios incentivada há mais de uma década. Quando há uma diretriz de Pequim de que um setor é estratégico, o que ocorreu com o automotivo, todos os governadores provinciais passaram a querer uma fábrica de automóveis. A ociosidade do setor hoje impressiona: as montadoras chinesas tinham, no ano passado, capacidade fabril para produzir o dobro dos 27,5 milhões de carros feitos em 2024. **D**



Tesla, de Musk, cai para a vice-liderança global em vendas de elétricos

TINGSHU WANG/REUTERS



Fábrica em Porto Feliz (SP) foi seriamente danificada pelo clima em setembro

REPRODUÇÃO LINKEDIN

Retomada total

Montadora japonesa Toyota obtém R\$ 500 milhões em linha de crédito do BNDES e vai recuperar fábrica de motores danificada por temporal

Depois de um final de 2025 marcado por desafios em solo brasileiro, a japonesa Toyota, que teve parte de sua fábrica de Porto Feliz (SP) estragada por um temporal em setembro, anunciou os passos seguintes a subsidiária brasileira nesta primeira semana de janeiro. A montadora obteve um limite de crédito no valor de R\$ 500 milhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

para a retomada da unidade danificada e, também, destinado a apoiar o plano de investimento que agrega aquisição de máquinas, equipamentos e serviços tecnológicos de alto valor agregado.

Os recursos serão destinados a novos projetos de veículos híbridos flex, neste caso, em andamento na unidade de Sorocaba, também localizada em solo paulista. Sob o chapéu do programa BNDES Mais Inovação, a companhia

vai adquirir serviços e bens produzidos pela indústria 4.0 (termo que define o avanço tecnológico na indústria), o que por fim acaba contribuindo com a expansão da base de fornecedores cadastrados no programa do banco. “Estamos contribuindo para viabilizar o desenvolvimento de novos projetos e fortalecer a base nacional de fornecedores, ampliando o acesso de outras empresas a tecnologias inovadoras e impulsionando a modernização da indústria brasileira com mais competitividade, inovação e conteúdo nacional”, afirmou Aloizio Mercadante, presidente do BNDES, em nota.

A Toyota do Brasil atua no país desde 1958, com sede em Sorocaba. A companhia se dedica à produção, montagem, fabricação, venda, importação e exportação de gama diversificada de veículos, bem como motores, peças e acessórios. Atua ainda na prestação de

*Lançamento do SUV
Yaris Cross no
Brasil foi adiado
para este ano*



FOTOS: REPRODUÇÃO LINKEDIN

serviços de assistência técnica relacionados aos seus produtos. A empresa já lançou três veículos com a tecnologia flex no mercado brasileiro e reúne três plantas produtivas, um centro de distribuição e um centro logístico de peças, empregando mais de sete mil funcionários no Brasil.

No segundo semestre do ano passado, a montadora sofreu importante revés local. Uma tempestade com ventos de 90 quilômetros por hora arrancou o teto da unidade de Porto Feliz, que é estratégica para a operação da montadora japonesa no país e, também, na América Latina. O clima não só paralisou as operações da companhia, como afetou o lançamento do SUV Yaris Cross, previsto inicialmente para outubro – o veículo deverá chegar ao público no primeiro trimestre deste ano. Esse modelo levou parcela de investimento bilionário anunciado pela companhia no primeiro semestre do ano passado. O Yaris Cross recebeu parte de um investimento de R\$ 11,5 bilhões anunciado em março de 2024.

O clima afetou seriamente a Toyota já que a montadora não trabalha com

um estoque de propulsores, que sempre saíram da planta prejudicada pela tempestade de setembro passado. Esses equipamentos, ademais, nunca foram importados. “A empresa trabalha no sistema ‘lean factory’, que você só produz o pedido. A empresa não trabalha com estoque algum”, contou o presidente do

Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região (SMetal), Leandro Soares, à época do ocorrido. O modelo lean factory tem como filosofia a eliminação de desperdícios (menos tempo, esforço e materiais) e a eficácia em processos.

A unidade de Porto Feliz foi atingida em 22 de setembro e, no dia 24, a montadora já anunciou a paralisação total de suas atividades no país. Uma parte estrutural foi bem abalada, com a necessidade de ser totalmente reconstruída, informou à época o Sindicato dos Metalúrgicos de Itu em uma nota. Embora a companhia tenha outras plantas no Brasil, a unidade afetada pelas chuvas têm peso, já que é a única produtora de motores no país para os modelos da montadora japonesa – Corolla, Corolla Cross e Yaris. Via de regra, a planta fornece propulsores 1.5 e 2.0 às demais fábricas localizadas em Sorocaba e Indaiatuba, também em solo paulista.

A Toyota voltou a produzir parcialmente no início de novembro, ou 42 dias após o temporal que afetou a fábrica de Porto Feliz. A retomada gradativa se deu nas unidades de Indaiatuba e Sorocaba, ambas em São Paulo, foi possível porque a companhia importou motores 1.8 de modelos eletrificados que já eram produzidos no exterior. A prioridade, em novembro e dezembro, foi voltar a produzir as versões híbridas do Corolla e do Corolla Cross. Para compensar o tempo perdido, as duas fábricas que fizeram retomada gradativa operaram em ritmo acelerado. **D**

Retomada gradativa das operações acelerou o ritmo nas fábricas



Copa do Mundo dividida

Pela primeira vez, a competição de futebol mais importante do planeta terá três casas: Estados Unidos, México e Canadá. E isso representa um desafio que vai além do esportivo

André Ruoco e Ivan Gomes

Pela primeira vez, a Copa do Mundo será sediada simultaneamente por três países. Em 2026, o maior torneio de futebol do planeta terá como casa a América do Norte, com Canadá, Estados Unidos e México atuando como anfitriões. A mudança acompanha outra novidade para figurar nos livros de história do esporte: o aumento no número de participantes, que salta de 32 para 48 seleções. O novo modelo, com 48 times divididos em doze grupos de quatro equipes, será o padrão para as próximas edições.

A experiência de sedes além fronteiras, porém, não é algo inédito. Em 2002, Coreia do Sul e Japão dividiram a organização do evento que culminou com o pentacampeonato da seleção brasileira, à época treinada pelo gaúcho Luiz Felipe Scolari. E isso remete a mais uma novidade para o torcedor do time canari-

nho. Desta vez, o Brasil terá o comando do italiano Carlo Ancelotti. É a primeira vez de um técnico estrangeiro à frente da seleção em uma Copa do Mundo.

O mundial com diferentes países como sede parece ser uma tendência da Fifa. Isso porque em 2030, ano do centenário da Copa, o torneio será dividido em seis países, tendo Espanha, Portugal e Marrocos, como principais casas, e com partidas também disputadas em Argentina, Paraguai e Uruguai. Com o aumento de seleções classificadas, naturalmente o número de jogos também subiu, e agora são 104 partidas. Elas serão disputadas em um intervalo de 38 dias.

Para comportar esse volume de jogos, foram selecionadas 16 cidades-sede: pelo lado mexicano, Cidade do México, Monterrey e Guadalajara; em território canadense, Vancouver e Toronto; e nos

Estados Unidos, Los Angeles, Dallas, Boston, Nova York/Nova Jersey, Kansas City, Houston, Miami, Filadélfia, São Francisco/San Jose, Atlanta e Seattle.

A abertura da competição está marcada para 11 de junho, no emblemático estádio Azteca, na capital mexicana. Com capacidade para mais de 87 mil pessoas, o espaço receberá o confronto entre México e Arábia Saudita. No Canadá, o destaque é o BC Place, em Vancouver. O estádio multiesportivo tem capacidade para 54 mil torcedores e receberá sete partidas, incluindo dois jogos da seleção local. A estreia na arena será no dia 13 de junho, entre Austrália e uma equipe vinda da repescagem europeia. Nos Estados Unidos, que abrigam 11 das 16 sedes, o foco principal recai sobre o MetLife Stadium, em Nova Jersey. A arena, com capacidade para 82 mil pessoas e casa dos times de Nova York na NFL, será adaptada para receber nove jogos, incluindo as semifinais e a grande final, no dia 19 de julho.

Um dos desafios será organizar os traslados das seleções que avançarem na competição. A Fifa desenhou a escolha das cidades-sede de forma a fazer com que os times evitem grandes deslocamentos. É uma medida que facilitará também a vida dos torcedores que quiserem ficar junto às seleções.

Histórico dos anfitriões

Diferentemente do Canadá, que estreia como sede, México e Estados Unidos têm tradição como anfitriões. O México fará história como o primeiro país a sediar o torneio três vezes (1970, 1986 e 2026). Em 1970, o Azteca foi palco do tricampeonato do Brasil, quando a seleção bateu a Itália por 4 a 1 diante de mais de cem mil pessoas no estádio.

Já os Estados Unidos sediaram a Copa de 1994, ano em que o Brasil encerrou um jejum de 24 anos. O tetra foi conquistado no Rose Bowl, em Pasadena, estádio que, curiosamente, não foi incluído na lista de sedes para 2026. Na decisão, o Brasil venceu novamente a Itália, desta vez nas penalidades, após um empate em 0 a 0.

Metlife Stadium, em Nova Jersey, é uma das arenas que receberá os jogos



KIRBY LEE/AP



REPRODUÇÃO/FACEBOOK

BC Place Stadium, em Vancouver, no Canadá, tem capacidade para 54 mil pessoas

O impacto socioeconômico

No ano passado, a Fifa divulgou, junto com a Organização Mundial do Comércio (OMC), dois estudos sobre o impacto socioeconômico da Copa do Mundo 2026 globalmente e para os Estados Unidos – eles foram coordenados pela empresa independente OpenEconomics. De acordo com esses trabalhos, o torneio poderá impulsionar o PIB global em até US\$ 40,9 bilhões e gerar 824 mil empregos em tempo integral. Para os Estados Unidos, em específico, a projeção apontava a criação de 185 mil empregos e um PIB de US\$ 17,2 bilhões.

Outra estimativa importante se refere ao público que os países anfitriões devem receber: a Fifa espera ver 6,5 milhões de pessoas nos estádios e em seus entornos. Afinal, não se pode esquecer que uma Copa do Mundo acontece tam-

bém fora das arenas esportivas, em especial com ativações promovidas pelas marcas – entre os patrocinadores desta edição estão Adidas (que criou a Trionda, a bola da Copa 2026), Coca-Cola, Hyundai, Lenovo, Qatar Airlines, Visa, Budweiser, Dove Man Care, Hisense, Lay's, McDonald's e Diageo.

Mas há situações em que o torcedor enfrentará o desafio de restrições migratórias, principalmente nos Estados Unidos, que hoje tem um governo que aumenta a pressão sobre a presença de imigrantes ilegais em seu território. Há quem já esteja barrado. As seleções do Haiti e Irã não poderão ser acompanhadas por seus torcedores. Os atletas e a comissão técnica vão poder disputar todos os jogos da fase de grupos. Já os torcedores das equipes de Senegal e Costa do Marfim entram na lista dos países com restrição parcial. **D**

Além da TV

A pouco mais de seis meses para o seu início, a Copa do Mundo de 2026 será marcada por novidades não apenas em sua organização, com três sedes, e no seu formato, com 48 seleções, em vez de 32. Para o público brasileiro, o torneio da Fifa trará ainda uma mudança histórica nos modelos de transmissão: pela primeira vez, o streaming será o meio de captação e consumo de imagens mais presente no cotidiano do torcedor.

O Grupo Globo sempre exerceu um domínio histórico absoluto nas transmissões da Copa em território nacional. Entretanto, desde a última edição, no Catar em 2022, as plataformas digitais ganharam força sem precedentes. Para o campeonato disputado na América do Norte, a CazéTV, disponível na plataforma YouTube, sobressaiu-se estrategicamente e atuará como o principal transmissor do torneio em termos de volume de partidas exibidas.

Ao todo, o espectador brasileiro poderá acompanhar a competição em três espaços distintos: a CazéTV, os canais do Grupo Globo e por meio da parceria entre SBT e N Sports. Cada uma das empresas detentoras dos direitos de transmissão terá pacotes específicos de exibição. O SBT e a N Sports, últimas empresas a fecharem o acordo pelos direitos televisivos, transmitirão 32 jogos do torneio, incluindo todas as partidas da seleção brasileira. Já a Globo irá distribuir 55 jogos, todos os da seleção brasileira, por suas plataformas de mídia (TV Globo, SporTV, Globoplay e a GeTV).

CHRISTIAN PALMA/AP

O Azteca, que foi palco do tricampeonato brasileiro em 1970, está no circuito



DIVULGAÇÃO

Sonho do hexa em mãos estrangeiras

A busca pelo hexa da seleção brasileira na Copa do Mundo passa pelas mãos de um treinador estrangeiro. O italiano Carlo Ancelotti, multicampeão por clubes e um dos técnicos mais respeitados do futebol mundial, assumiu a esquadra em maio de 2025. Isso representa pouco mais de um ano para preparar a equipe para a tão sonhada conquista, liberando um grito entalado na garganta do torcedor há 20 anos.

A escolha do técnico representa praticamente uma ruptura com a tradição do futebol brasileiro. O Brasil nunca havia sido dirigido por um técnico estrangeiro em uma Copa. A decisão é reflexo direto de um longo período de frustrações desde o título de 2002 e de uma tentativa clara de mudar o rumo, apostando em experiência, leitura de jogo e gestão de elenco em alto nível.

Essa mudança não aconteceu sem resistência. A aceitação de um treinador estrangeiro na seleção ainda provoca incômodo em parte do meio esportivo. Recentemente, declarações de nomes como Emerson Leão e Oswaldo de Oliveira reacenderam esse debate. Em tom considerado inadequado por muitos, ambos questionaram a escolha de um técnico de fora do país. O episódio evidenciou um contraste entre o futebol globalizado de hoje e uma visão mais presa ao passado.

Ancelotti é a esperança do torcedor brasileiro para voltar a ser campeão de uma Copa



JORGE SAENZ/AP



ARMANDO FRANCA/AP



EDUARDO CARMINI/AP



SERGIO RUIZ/AP

Choque de gerações

Este mundial terá um significado especial para alguns craques do esporte. Isso porque será um torneio marcado pelo encontro de gerações. De um lado, jogadores que ajudaram a definir uma era do futebol e que caminham para a provável última participação em Copas. Do outro, jovens que estão começando sua trajetória. É o choque entre experiência e renovação.

O argentino Lionel Messi e o português Cristiano Ronaldo simbolizam como poucos esse momento de transição. Rivais históricos e protagonistas de uma das maiores disputas individuais do futebol, ambos devem disputar em 2026 suas últimas Copas do Mundo. Messi, campeão em 2022 e principal nome da Argentina, começará o Mundial com 38 anos e completará 39 durante a disputa. Cristiano, referência absoluta da seleção portuguesa por mais de duas décadas, chegará aos 41.

Ao mesmo tempo, uma nova geração começa a ganhar espaço. Lamine Yamal, joia do futebol espanhol, surge como um dos principais símbolos desse novo momento. Ainda muito jovem, ele chama atenção não só pelo talento, mas pela maturidade com que lida com a pressão no Barcelona e na seleção da Espanha. Em 2026, deverá viver seu primeiro Mundial já como protagonista, dando início a uma trajetória que promete ser longa e histórica.

O Brasil também terá Estevão como jovem representante com tudo para marcar época no esporte. Atacante brasileiro revelado pelo Palmeiras e apontado como uma das grandes promessas do país, ele representa um Brasil em busca de renovação após campanhas frustrantes em Copas recentes.

Com Messi e Cristiano possivelmente em suas últimas Copas, o mundial abre espaço para promessas como Estevão e Yamal

Líder da bolsa, Mega da Virada e preços dos imóveis

O Itaú superou a Petrobras em valor de mercado, seis apostas acertaram as dezenas da Mega da Virada e comprar um imóvel residencial ficou 17% mais caro. Confira destaques das redes

Itaú ultrapassa petrobras

A liderança do valor de mercado na bolsa brasileira mudou de mãos em 2025: o Itaú Unibanco encerrou o ano no topo da B3, superando a Petrobras. Os dados foram levantados pela consultoria Elos Ayta. Há registro anterior desse movimento. Em março de 2020, durante a crise sanitária, o Itaú chegou a ocupar a primeira posição por um período curto, em meio a oscilações amplas de preços. A diferença agora está na duração: ao longo de 2025, a troca de posições se manteve por vários meses.



Mega da virada

Seis apostas acertaram as seis dezenas da Mega da Virada e dividirão o prêmio entre si. Cada uma levará para casa o valor de R\$ 181.892.881,09. Segundo a Caixa, três das apostas ganhadoras foram realizadas em Unidades Lotéricas de João Pessoa (PB), Ponta Porã (MS) e Franco da Rocha (SP). As outras três apostas foram realizadas no canal eletrônico.



Salário mínimo

O salário mínimo passa a ser de R\$ 1.621 a partir de 1º de janeiro de 2026. O valor representa um reajuste nominal de 6,79% em relação ao piso atual, que é de R\$ 1.518. A mudança foi oficializada por decreto do governo federal e começa a ser paga efetivamente a partir de fevereiro, conforme o calendário de salários, aposentadorias e benefícios. O aumento do salário mínimo afeta não apenas trabalhadores formais que recebem o piso nacional, mas também aposentadorias, pensões, benefícios assistenciais, programas sociais e contribuições previdenciárias.



Preços de imóveis

Os preços dos imóveis residenciais no país ficaram 17,14% mais altos nos últimos 12 meses encerrados em novembro. É o que mostra o Índice Geral do Mercado Imobiliário (IGMI-R), calculado pela Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip). Considerando só o mês passado, a média dos preços subiu 1,15%, depois de ter sido majorada em 2,52% em outubro.

Problema de safra

Pacote não está relacionado com necessidades de armazenamentos da fruta, e sim com a história de uma das marcas líderes no mercado da fruta: Melão Rei, criada pela Itaqueira.



www.istoedinheiro.com.br

Instagram: instagram.com/istoe_dinheiro/

YouTube: m.youtube.com/@istoe_dinheiro

Facebook: facebook.com/istoedinheiro

TikTok: tiktok.com/@revistaistoe

LinkedIn: linkedin.com/company/istoe-dinheiro/

X: x.com/istoe_dinheiro

Palavra por palavra



"Se os Estados Unidos decidirem atacar militarmente outro país da Otan, então tudo para. Inclusive a nossa Otan e a segurança implementada desde o fim da Segunda Guerra Mundial"

Mette Frederiksen, primeira-ministra dinamarquesa, sobre o interesse de Donald Trump de anexar a Groenlândia, território autônomo da Dinamarca, aos Estados Unidos

"É preciso vencer as eleições de meio de mandato porque, se não, eles [democratas] encontrarão um motivo para me destituir. Vou sofrer um impeachment"

Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, a parlamentares republicanos



"Chega de pressão. Chega de insinuações. Chega de fantasias de anexação"

Jens-Frederik Nielsen, primeiro-ministro da Groenlândia, em post no Facebook sobre o mesmo tema

"Com a situação atual da Venezuela, o México obviamente se tornou um fornecedor importante [de petróleo para Cuba]"

Claudia Sheinbaum, presidente do México



"O processo de 'desliquidação' do Master não cabe ao TCU, cabe ao Supremo Tribunal Federal, porque lá tem um processo aberto"

Vital do Rêgo, presidente do Tribunal de Contas da União, sobre a fiscalização do processo decisório do BC para liquidar o banco Master



Paixão sobre rodas.



MOTOR SHOW

www.motorshow.com.br

